





































































































reuniões B2B, tendo na agenda dar seguimento ao ímpeto de aprofundamento do relacionamento bilateral entre Portugal e França no âmbito das indústrias de defesa, fomentando a partilha de informação sobre os programas de aquisição dos dois países, a integração de entidades nas cadeias de fornecimento e o estabelecimento de parcerias e consórcios com vista à promoção de candidaturas conjuntas a fundos europeus, proporcionando visitas a grandes empresas do setor aeronáutico francesas e oportunidades de B2B e B2G entre os participantes.

- Portugal Air Summit (outubro, Ponte de Sor): A IdD facilitou um painel sobre Economia de Defesa e BTID, estabeleceu contactos com empresas para futuras oportunidades, incluindo um certame de defesa planeado para 2025. A participação no Portugal Air Summit, visou a manutenção do relacionamento institucional com entidades das indústrias da Aviação, Aeronáutica, Espaço e Defesa, a realização de reuniões e a dinamização da BTID. Para tal, a idD Portugal Defence garantiu a presença na exposição, assegurou um painel no Ciclo de Conferências dedicado à Economia de Defesa e à BTID que contou com a participação do consórcio CTI Aeroespacial, do INEGI, da OGMA e da Tekever. Durante o evento foram estabelecidos contactos com entidades não BTID e foram tidas várias reuniões informais de auscultação das entidades nacionais sobre o interesse em participar no certame de defesa que se vai organizar em 2025.
- Missão Empresarial à Damen (outubro, Gorinchem): No seguimento do Industry Day realizado em Portugal e dos contactos desenvolvidos desde então, uma missão empresarial composta por 23 entidades da BTID rumou à Damen para promoção do contacto direto entre a indústria nacional e os especialistas deste grupo internacional. O programa englobou apresentações sobre a tipologia da cooperação industrial da DAMEN, reuniões B2B e visitas aos estaleiros em Gorinchem. Houve 50 reuniões e à margem do programa oficial, a idD Portugal Defence e a DAMEN assinaram uma Carta de Intenções com vista a aprofundar a cooperação já estabelecida entre as partes. Na sequência desta missão, o INOV e a Damen associaram-se numa parceria no âmbito da Comissão Europeia.
- Reunião entre peritos nacionais e técnicos da Lockheed Martin e Pratt & Whitney (novembro, Lisboa) - Como parte da sua missão de promoção de parcerias estratégicas, a idD Portugal Defence, a Lockheed Martin e a Pratt & Whitney exploraram a possibilidade de Portugal colaborar com estas multinacionais como prestador de serviços na área da Inovação - "Inovação como Serviço". Sob este mote, a idD organizou um Business to Business Day com as multinacionais Lockheed Martin e Pratt & Whitney, contando com a presença de 31 representantes das seguintes entidades: INEGI, INESC TEC, IST, INOV e Força Aérea Portuguesa. Como resultado das várias exposições efetuadas pelo lado nacional, foram realizadas visitas às instalações das entidades nacionais.

Outras iniciativas com destaque:

- Realizar inquérito(s) de satisfação à BTID  
Lançados dois inquéritos de satisfação relativa aos eventos organizados e promovidos pela idD
- Promover a inovação em iniciativas conjuntas com as Forças Armadas  
Participação na jornada CompactShield – Decorative Ballistic Protection  
Acompanhamento da visita de uma delegação da Embaixada do Canadá em Lisboa ao CEOM  
Apoio à organização do ARTEX 24, do Exército;  
Apoio à realização da Exposição Tecnológica durante as comemorações do Dia do Exército Português;  
Apoio à organização do 3.º Evento de Inovação e Modernização Tecnológica do Exército;
- Promover ações com os clusters nacionais  
Conferência “Economia e Defesa”, com CIP, com 200 participantes de 170 entidades  
Reunião com Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos para aprofundar sinergias  
Participação em sessão da CEFAMOL – Associação Nacional das Indústrias dos Moldes
- Realizar Industry Days para promover a BTID  
Industry Day com a Damen com 170 participantes de 70 entidades  
Organização de missão empresarial à DAMEN, com 23 entidades da BTID  
Reunião técnica de trabalho entre STCN, Lockheed Martin e Pratt & Whitney
- Participar em feiras e eventos internacionais no apoio à promoção da BTID  
Organização do stand de Portugal no Farnborough International Airshow 2024, com nove entidades e projetos nacionais  
Organização da 1.ª Jornada Luso-Francesa de Indústrias de Defesa, com mais de 50 empresas de ambos os países  
Presença no Portugal Air Summit  
Visita à Euronaval 2024 com o Ministro da Defesa Nacional

Comunicação e divulgação de informação e oportunidades à BTID

Durante o ano de 2024, a idD Portugal Defence reforçou a sua missão de promoção da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Nacional (BTID) através de uma estratégia de comunicação assente no envio regular de informação por e-mail. Foram enviadas 64 comunicações à BTID, com destaque para iniciativas, eventos e instrumentos de apoio ao setor. No total, foram partilhadas 215 oportunidades por esta via. Em paralelo, a plataforma Smart Defence disponibilizou 1212 oportunidades.

Agilizar a contratação pública para a Defesa e segurança

Criado grupo de trabalho em março, com desenvolvimento de diagnóstico e análise com identificação de boas práticas, casos de estudos nacionais e europeus, constrangimentos e otimizações, resultando em propostas de curto, médio e longo prazo de natureza jurídica e de outro cariz. Documento remetido à tutela para apreciação

Promover a participação da BTID na execução da LPM

Organização do primeiro Seminário de Divulgação da Lei de Programação Militar com 190 participantes de 94 entidades. Cada entidade executante apresentou as capacidades e projetos sob sua responsabilidade. Elaborou-se conjuntamente com as entidades executantes um booklet com capacidades, projetos e subprojetos que foi disponibilizado aos participantes. Os participantes tiveram ainda acesso ao relato do evento

Aguarda aprovação do Acionista

## 1.10 – Análise Económica e Financeira

Neste capítulo será efetuada uma análise à situação patrimonial, económica e financeira da sociedade, com especial ênfase para os impactos patrimoniais associados à flutuação de valores das participações sociais detidas pela idD Portugal Defence, S.A. bem como o desempenho económico e financeiro das diferentes linhas de negócio associadas aos diferentes eixos de atividade da idD Portugal Defence, S.A.

### 1.10.1 – Análise Patrimonial

#### Capital Próprio e Participações Financeiras

Neste capítulo será efetuada uma análise das variações das principais rubricas de Balanço entre os exercícios de 2024 e 2023, com especial enfoque nas rubricas de Capital Próprio e Participações Financeiras.

#### Capital Próprio

Em 29 de junho de 2020, o acionista único Estado, representado pela DGTF – Direção Geral de Tesouro e Finanças, deliberou proceder a um aumento de capital da sociedade no montante de 104.450.000,00 euros através de uma componente em espécie (constituída pela transferência das participações sociais detidas pelo Estado em empresas da indústria de Defesa) e de outra em numerário, passando assim o capital social da idD – Portugal Defence S.A. para 104.500.000,00 euros, repartido da seguinte forma:

- i) Participações financeiras em empresas relacionadas com a indústria da Defesa, no valor total de 101.469.571 euros;
- ii) Dotação em numerário no valor de 2.980.429 euros, realizada em duas tranches;

#### Participações Financeiras

A valorização das participações financeiras relativa às entradas em espécie teve como base um relatório independente de um Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda em 4 de maio de 2020.

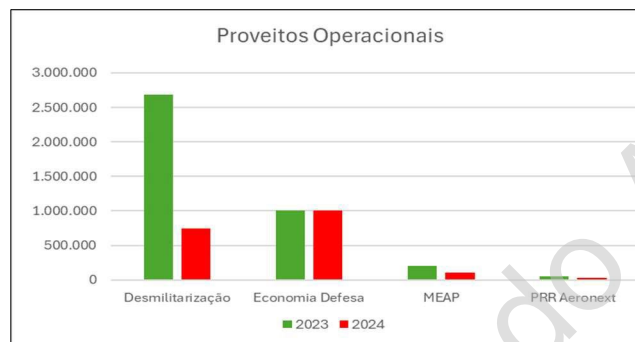
O Conselho de Administração, deliberou a 13 de abril de 2023, o reconhecimento no exercício de 2022, de um passivo financeiro a favor do Estado no montante de 3,6 milhões de euros, anulando assim a provisão constituída em 2021, dando assim cumprimento à determinação anteriormente recebida.

## 1.10.2 – Análise Económica

### Proveitos Operacionais

Os rendimentos ou proveitos operacionais da idD – Portugal Defence, S.A., ascenderam nas atividades por si diretamente controláveis a 1.887.858,77 €, registando-se uma significativa diminuição face ao valor de 2023, 3.935.025,45 €.

Tal fato justifica-se pela diminuição de atividade de desmilitarização, cujo novo contrato teve início em meados de setembro de 2024.



Os resultados das empresas participadas, através do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), foram negativos em 1.667.436,58 €, face ao valor positivo de 1.800.718,17 € registado em 2023.

### Gastos Operacionais

Os custos com Matérias Subsidiárias e de Consumo, indexadas totalmente ao nível da atividade de desmilitarização, e tendo este iniciado apenas em meados de setembro explica a diminuição de 45,2 % face a 2023. (18.251,89 €).

Os FSEs globais da empresa em 2024 foram de 742.056,36 €, registando-se assim uma diminuição de 158.005,69 euros (-17,6 %), face ao realizado no exercício de 2023 (900.062,05 euros).

Os Gastos com o pessoal, ascenderam a 1.644.276,27 €, observando-se uma diminuição de 184.985,90 € (10,1%), quando comparados com os 1.829.262,17 € do exercício anterior.



Nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos e Outros Gastos e Perdas, o impacto líquido em resultado é negativo em 5.681,62 €, nos quais se incluem as rendas do Parque Aeronáutico de Alverca.

## Resultados

Neste ponto é sistematizada a apresentação dos principais resultados da empresa, numa perspetiva global (i.e., agregando todas as linhas de negócio), nomeadamente o valor do EBITDA, destacando-se o impacto da aplicação do MEP das participadas no EBITDA, o EBIT e o resultado líquido.

### EBITDA

O EBITDA das atividades “core” da idD, isto é, das atividades diretamente controláveis pela sociedade em 2024, foi negativo em 656.339,59 € face ao valor positivo de 1.154.159,13 € registado em 2023.

A aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), originou um impacto negativo significativo no EBITDA de 2024, no montante de 1.667.436,58 €. Em 2023, o valor foi positivo em 1.800.718,17 €.

Incluindo o valor do método de equivalência patrimonial (MEP) nas participações financeiras, os juros recebidos de participadas, O EBITDA foi negativo em 2.323.776,17 €, face ao valor positivo de 2.954.877,30 € obtido no exercício anterior.

### EBIT

Os Resultados Operacionais (EBIT), neste exercício, foram negativos em 3.955.816,61 €, face ao resultado negativo verificado em 2023 de 1.303.260,68 €, o que se traduz numa variação negativa de 5.529.077,29 €.

### Resultado Líquido

Após o impacto dos resultados financeiros e do imposto sobre o rendimento (correspondente à aplicação de tributações autónomas), o Resultado Líquido da idD Portugal Defence, S.A. foi negativo em 3.940.858,49 €, face a um resultado positivo de 1.280.548,74 € em 2023), o que traduz uma variação negativa de 5.221.407,23 € face ao exercício de 2023.

### Demonstrações por área de negócio

De acordo com a NCP 27 – Contabilidade de Gestão, as demonstrações por áreas de negócio, apresentam-se em anexo a este relatório.

### 1.10.3 – Análise Financeira

Do ponto de vista global os fluxos de caixa da empresa no exercício de 2024 embora positivos, no montante líquido de 166.345,68 euros, registam uma forte variação face ao exercício de 2023, mesmo sem considerar o recebimento da verba do PRR NewSpace, a diminuição da receita na área de desmilitarização contribuiu para este resultado.

#### Fluxos de Caixa Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais gerado no presente exercício foi negativo tendo ascendido em 2024, a 331.050,45 € euros face aos 1.222.831,14 € euros positivos observados em 2023, facto que resulta essencialmente do início tardio do contrato de desmilitarização para os anos de 2024 e 2025.

Assim, na rubrica recebimentos de clientes (que incluem o IVA à taxa em vigor) no montante de 1.195.158,93 € , neste exercício agregam, 937.404,27 € do contrato de desmilitarização, a atividade desenvolvida no mercado civil, 105.995 €, a alienação de sucatas e escórias, 21.684,50 € e o recebimento de 130.075,16 euros associados à atividade de exploração do Parque Aeronáutico de Alverca (rendas e IMI).

A rubrica de recebimentos de transferências e subsídios correntes compreende os montantes/transferências recebidas ao abrigo do Protocolo celebrado com o Ministério da Defesa Nacional no montante de 1.000.000 euros, do Projeto MEAP montante de 108.485,39 € e do PRR Aeronext no montante de 33.959,05 euros, verificando-se uma diminuição de 8,6% face a 2023.

Na rubrica dos pagamentos a fornecedores (que incluem o IVA à taxa em vigor) no montante de 1.012.707,56 €, quando comparada com o exercício anterior, observou-se uma diminuição de 32,1% correspondente a 478.668,55 € face ao valor de 1.491.376,11 € observados no ano anterior e que se explica pela diminuição da atividade.

Na rubrica dos pagamentos ao pessoal no montante de 1.527.852,97 € (que também incorpora os pagamentos realizados aos membros dos órgãos sociais – Conselho de Administração e Conselho Fiscal), quando comparada com o exercício anterior, observou-se uma diminuição de 113.497,33 € (i.e. 6,9 %), não contemplando aqui o efeito da entrega das retenções e contribuições do mês de dezembro (apenas efetuado em janeiro de 2025).

Na rubrica de outros pagamentos e recebimentos onde estão incluídos, para além do imposto sobre o rendimento (IRC - neste exercício associado a tributações autónomas, entregas de retenções efetuadas a pessoas coletivas), o pagamento do IMI associado ao Parque Aeronáutico de Alverca relativo ao ano fiscal de 2023 (liquidado em 2024). O montante líquido global destes pagamentos e recebimentos (no caso vertente os pagamentos foram superiores a recebimentos) ascendeu ao montante de 128.093,29 € observando-se um acréscimo de 11.680,49 € face ao valor de 116.412,80 € do ano anterior.

## Fluxos de Caixa de Investimento

Os fluxos de caixa em atividades de investimento no exercício de 2024 foram negativos em 4.501.992,37 €, em comparação com o valor positivo de 3.269.681,67 € verificados em 2023

Para este valor, contribuiu a concessão de financiamentos às empresas participadas, dos quais se destaca o financiamento de 5.000.000 € concedido ao Arsenal do Alfeite.

Os investimentos realizados em ativos fixos tangíveis no exercício de 2024, ascenderam a 107.455,15 € euros (valores com IVA incluído)

Nesta rubrica, destacam-se ainda o recebimento de dividendos da participada Naval Rocha, no montante de 450.000 €, bem como da Edisoft, 111.211,65 €, (2023 e 2024).

Nesta categoria de fluxos estão incluído os pagamentos por conta da Extra, no montante global de 36.006,57 €, motivados pelo facto da sociedade não contar com um Conselho de Administração em funções e com capacidade para realizar pagamentos durante parte do exercício de 2024, tendo a acionista maioritária que assumir a responsabilidade – essencialmente são pagamentos de impostos – entregas de IVA, IMI e IRC).

No decurso do ano de 2024, e uma vez dotada de Conselho de Administração, a Extra procedeu ao reembolso de pagamentos efetuados pela IDD.

Foram também reembolsados financiamentos concedidos a empresas participadas no valor de 1.086.206 €.

## Fluxos de Caixa de Financiamento

No exercício de 2024, de forma a garantir o necessário apoio à participada Arsenal do Alfeite, a IDD contraiu junto do seu Acionista um financiamento de 5.000.000 €.

### 1.11 – Proposta de Aplicação de Resultados

A idD Portugal Defence, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 encerrou com um resultado líquido negativo de 3.940.858,49 € (três milhões, novecentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e quarenta e nove cêntimos).

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais e os Estatutos da sociedade, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral de acionistas uma proposta de Aplicação de Resultados, pelo que se propõe que o resultado líquido do exercício seja levado a resultados transitados.

Aguarda aprovação do Acionista

## 1.12 – Perspetivas para 2025

O ano de 2025 está a decorrer de acordo com o que foi definido no Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027. As funções desempenhadas pela idD Portugal Defence – gestão das participações do Estado português na indústria de Defesa, desenvolvimento da atividade de desmilitarização de munições e de explosivos, e promoção da indústria de Defesa – estão a evoluir de acordo com um contexto em que se verifica um crescente interesse pela área da Defesa em Portugal.

Ao nível da gestão de participações do Estado português foi iniciada a colaboração entre três empresas do grupo no sentido de identificar áreas de cooperação que conduzam a ganhos de eficiência e de eficácia e permitam revalorizar o Grupo idD. O relatório consolidado da idD fornecerá informação mais detalhada.

Na área de munições, prevê-se concluir o contrato de desmilitarização referente a 2024/2025 e dar início ao novo contrato para o biénio 2026/2027. Com vista a garantir a sustentabilidade da atividade de desmilitarização e desativação de munições e explosivos, foi submetida, em maio, uma candidatura para a pré-qualificação da idD junto da NSPA, para a desmilitarização de materiais energéticos. Esta iniciativa junta-se à dinamização da oferta dos serviços no mercado civil, especialmente junto da indústria automóvel, e à continuação dos estudos necessários para a elaboração de um parecer relativo à construção de uma fábrica de munições.

Finalmente, o reforço da ligação entre os Ramos Militares e a indústria de Defesa Nacional foi organizada em torno de dois canais principais: a produção industrial e de serviços e o desenvolvimento tecnológico. Neste âmbito, foram e continuarão a ser desenvolvidas até ao final do ano diversas iniciativas, destacando-se:

- Visita a empresas da indústria de Defesa Nacional em todo o país e em diferentes sectores de atividade
- Apoio as empresas nas suas intenções comerciais no exterior através da participação em feiras e outros eventos, e nas intenções de investimento em Portugal
- Aproximação da indústria aos Ramos militares através de diferentes ações conjuntas com as suas divisões de inovação e com as suas direções de planeamento.
- Início da implementação do acelerador de empresas DIANA no âmbito da NATO com a aceitação da proposta apresentada por Portugal e com a sua ativação prevista para 2026
- Apresentação à indústria de diferentes instrumentos de apoio à Defesa no âmbito da NATO, da UE e da Agência Espacial Europeia
- Encontros entre empresas e com representantes da indústria de países aliados, amigos e parceiros, incluindo o apoio militar à Ucrânia.
- Participação em projetos com retorno para a idD como as Agendas Mobilizadoras Aero.Next e New Space Portugal, e na Medida de Apoio à Paz em Moçambique. Novo projeto está em vias de se iniciar para Cabo Verde.

Estas e outras medidas vão no sentido de cumprir a visão da idD de “ser reconhecida como uma referência no apoio da indústria às Forças Armadas”.

### 1.13 - Agradecimentos

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento e gratidão aos colaboradores da idD Portugal Defence S.A, através do seu empenho e competência, lograram ultrapassar desafios e implementar algumas das medidas de transformação e reestruturação da empresa.

Uma palavra para os órgãos de gestão das várias participadas, que conosco colaboraram de forma exemplar, atempada e profissional.

Por fim, é devido às tutelas setorial e financeira um agradecimento pelo suporte e confiança demonstrada na equipa de gestão.

Lisboa, 19 de setembro de 2025

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**  
Num. de Identificação: 07671466  
Data: 2025.10.02 08:12:18+01'00'

**Ricardo Pinheiro Alves**  
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**  
Num. de Identificação: 09521541  
Data: 2025.10.01 23:17:21+01'00'

**Luís Miguel Silva Ribeiro**  
(Vogal do Conselho de Administração)



**PORTUGAL**  
MAKING THE DIFFERENCE

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS**  
**2024**

Aguarda aprovação do Acionista

## 2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS

### 2.1 - Demonstrações Financeiras (Base Individual)

Entidade: IDD - Portugal Defence, S.A.

Balanço Individual do período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	29.621.862,57	31.097.197,70
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	3	46.955,79	120.937,91
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras	5	85.900.727,12	90.663.737,96
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas / sócios / associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	6	5.296.382,99	296.382,99
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		<b>120.865.928,47</b>	<b>122.178.256,56</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	8	9.657,27	5.384,40
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	9	74.310,73	233.886,77
Estado e outros entes públicos	10	11.970,00	4.803,48
Acionistas / sócios / associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	11	136.164,31	154.731,64
Diferimentos	14	12.396,04	12.400,52
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1.2.3	8.661.166,12	8.494.773,00
		<b>8.905.664,47</b>	<b>8.905.979,81</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>129.771.592,94</b>	<b>131.084.236,37</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	15.1	104.500.000,00	104.500.000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	15.2	1.991.000,00	1.991.000,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas	15.3	15.304,03	15.304,03
Resultados transitados	15.4	-29.415.491,41	-30.696.040,15
Ajustamentos em ativos financeiros	7, 15.5	43.440.886,09	45.150.773,52
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido		0,00	0,00
Resultado líquido do período	15.6	-3.940.858,49	1.280.548,74
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
<b>Total do património líquido</b>		<b>116.590.840,22</b>	<b>122.241.586,14</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	16	294.319,64	165.278,68
Financiamentos obtidos	17	5.000.000,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>5.294.319,64</b>	<b>165.278,68</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	0,00
Fornecedores	18	45.999,45	81.671,09
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	10	108.876,83	252.344,35
Acionistas / sócios / associados	13	3.599.997,96	3.599.997,96
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	12	4.128.765,32	4.732.171,84
Diferimentos	14	2.793,52	11.186,31
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<b>7.886.433,08</b>	<b>8.677.371,59</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>13.180.752,72</b>	<b>8.842.650,23</b>
<b>Total do património líquido e passivo</b>		<b>129.771.592,94</b>	<b>131.084.236,37</b>

As Notas 1 a 36 do Anexo constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

#### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 18:58:16+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

**Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.02 08:14:39+01'00'

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:18:11+01'00'

Entidade: IDD - Portugal Defence, S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas individual do período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas	20	21.457,50	72.918,55
Prestações de serviços e concessões	20	723.956,83	2.611.725,66
Transferências e subsídios correntes obtidos	20	1.142.444,44	1.250.381,24
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	27	(1.667.436,58)	1.800.718,17
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	21	(22.140,74)	-40.392,63
Fornecimentos e serviços externos	22	(742.056,36)	-900.062,05
Gastos com o pessoal	23	(1.644.276,27)	-1.829.262,17
Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	24	-130.043,37	-74.679,08
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	25	137.354,58	220.120,41
Outros gastos e perdas	26	-143.036,20	-156.590,80
<b>Resultado antes de depreciações e resultados financeiros</b>		<b>-2.323.776,17</b>	<b>2.954.877,30</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/4	-1.632.040,44	-1.651.616,62
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>		<b>-3.955.816,61</b>	<b>1.303.260,68</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	28	63.913,04	20.529,08
Juros e gastos similares suportados	29	-40.439,91	-30.660,14
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-3.932.343,48</b>	<b>1.293.129,62</b>
Imposto sobre o rendimento do período	19	-8.515,01	-12.580,88
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-3.940.858,49</b>	<b>1.280.548,74</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da entidade que controla		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

As Notas 1 a 36 do Anexo constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

## O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 18:59:18+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

**Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de**

**Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.02 08:15:57+01'00'

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:18:42+01'00'

Entidade: **IDD - Portugal Defence, S.A.**

Demonstração individual dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	34.1	1.195.158,93	3.221.589,11
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	34.2	1.142.444,44	1.250.381,24
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	34.3	-1.012.707,56	-1.491.376,11
Pagamentos ao pessoal	34.4	-1.527.852,97	-1.641.350,30
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-202.957,16</b>	<b>1.339.243,94</b>
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	34.5	-128.093,29	-116.412,80
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>-331.050,45</b>	<b>1.222.831,14</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	34.9	-107.455,15	-38.274,12
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-10.000,00
Outros ativos	34.10	-6.101.113,07	-30.955,67
<b>Recebimentos provenientes de :</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos	34.8	1.122.212,57	86.125,43
Subsídios ao investimento		0,00	2.870.366,35
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	34.6	23.151,63	456,25
Dividendos	34.7	561.211,65	391.963,43
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-4.501.992,37</b>	<b>3.269.681,67</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	34.11	5.000.000,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-611,50	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de Cap. Próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>4.999.388,50</b>	<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>166.345,68</b>	<b>4.492.512,81</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		47,44	-142,43
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>8.494.773,00</b>	<b>4.002.402,62</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>8.661.166,12</b>	<b>8.494.773,00</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>8.494.773,00</b>	<b>4.002.402,62</b>
Equivalente a caixa no início do período			
Variações cambiais de caixa no início do período			
=Saldo da gerência anterior		<b>8.494.773,00</b>	<b>4.002.402,62</b>
De Execução orçamental			
De operações de tesouraria			
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>8.661.166,12</b>	<b>8.494.773,00</b>
Equivalente a caixa no fim do período			
Variações cambiais de caixa no fim do período			
=Saldo para a gerência seguinte		<b>8.661.166,12</b>	<b>8.494.773,00</b>
De Execução orçamental			
De operações de tesouraria			

As Notas do Anexo 1 a 36 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

## O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 19:00:16+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

**Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de**

**Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.02 09:02:03+01'00'

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:19:19+01'00'

Entidade: IDD - Portugal Defence, S.A.

Demonstração individual das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	15.1, 15.2 e 15.3	104.500.000,00	0,00	1.991.000,00	0,00	15.304,03	-30.696.040,15	45.150.773,52	0,00	0,00	1.280.548,74	122.241.586,14	0,00	122.241.586,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		15.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.709.887,43	0,00	0,00	0,00	-1.709.887,43	0,00	-1.709.887,43
Alterações de políticas contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.709.887,43	0,00	0,00	0,00	-1.709.887,43	0,00	-1.709.887,43
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)	15.6										-3.940.858,49	-3.940.858,49	0,00	-3.940.858,49
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)											-3.940.858,49	-3.940.858,49	0,00	-3.940.858,49
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Subscrições de capital/património			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280.548,74	0,00	0,00	0,00	-1.280.548,74	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1)+(2)+(3)+(5)	15.1, 15.2 e 15.3	104.500.000,00	0,00	1.991.000,00	0,00	15.304,03	-29.415.491,41	43.440.886,09	0,00	0,00	-3.940.858,49	116.590.840,22	0,00	116.590.840,22

As Notas do Anexo 1 a 36 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

## O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 19:00:53+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

**Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.02 09:02:49+01'00'

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:19:58+01'00'

Entidade: IDD - Portugal Defence, S.A.

Demonstração individual das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2023

Unidade monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	15.1, 15.2 e 15.3	104.500.000,00	0,00	1.991.000,00	0,00	15.304,03	-20.028.458,98	46.453.979,53	0,00	0,00	-10.931.894,82	121.999.929,76	0,00	121.999.929,76
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		15.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.313,65	-1.303.206,01	0,00	0,00	0,00	-1.038.892,36	0,00	-1.038.892,36
Alterações de políticas contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.313,65	-1.303.206,01	0,00	0,00	0,00	-1.038.892,36	0,00	-1.038.892,36
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	(3)	15.6									1.280.548,74	1.280.548,74		1.280.548,74	
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	(4)=(2) + (3)										1.280.548,74	1.280.548,74		1.280.548,74	
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>															
Subscrições de capital/património			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.931.894,82	0,00	0,00	0,00	10.931.894,82	0,00	0,00	0,00
	(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.931.894,82	0,00	0,00	0,00	10.931.894,82	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	(6) = (1)+(2)+(3)+(5)	15.1, 15.2 e 15.3	104.500.000,00	0,00	1.991.000,00	0,00	15.304,03	-30.696.040,15	45.150.773,52	0,00	0,00	1.280.548,74	122.241.586,14	0,00	122.241.586,14

As Notas do Anexo 1 a 36 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

## O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 19:01:34+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

**Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.02 09:03:51+01'00'

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:20:36+01'00'

## 2.2 – Anexo às Demonstrações Financeiras

### Nota Introdutória

A idD – Portugal Defence, S.A. (idD) teve origem na IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A., constituída a 1 de agosto de 1997 como sociedade comercial e tendo por objeto social inicial a conceção, a indústria, o comércio e a manutenção de material de defesa e de desmilitarização de munições e outros acessórios, a conversão de materiais e ainda todas as atividades e produtos que com eles se relacionem, visando essencialmente a desmilitarização de munições e explosivos convencionais desnecessários e sem valor comercial dos vários ramos das Forças Armadas, bem como aquelas que tivessem atingido o fim de vida útil e ainda, as munições que deviam ser destruídas por força de convenções internacionais a que Portugal aderiu, como é o caso das minas anti-pessoal.

Com a alteração dos seus Estatutos em agosto de 2014, a idD passou a designar-se idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A. tendo-lhe sido atribuída a nova missão de desenvolver a atividade de promoção das indústrias de Defesa nacionais, nomeadamente na definição da estratégia de desenvolvimento da Base Tecnológica das Indústrias de Defesa (BTID).

A partir de 2020, o Governo entendeu pelo Despacho Conjunto nº 786/2020, publicado em Diário da República, II Série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2020, que a gestão coerente e integrada destas participações poderia ser melhor assegurada cometendo as mesmas a uma sociedade que se constitua em instrumento de concretização das políticas públicas sectoriais no cumprimento da missão que o Governo lhe atribui no âmbito da Economia da Defesa Nacional.

Assim esta sociedade passou a ter diversas competências no seu objeto social, entre as quais: assegurar a interface I&D entre a Economia da Defesa e os Centros de Investigação e Desenvolvimento das Universidades Portuguesas, gerir as participações sociais que lhe sejam cometidas, assegurar a interface público/privado na Economia de Defesa, apoiar as operações de rentabilização de património na área da Defesa Nacional, nomeadamente no âmbito da execução da respetiva Lei de Infraestruturas e gerir o património da Defesa Nacional que lhe seja cometido, em articulação com a DGRDN – Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a Estamo, Participações Imobiliárias, S.A., assessorar as transações de equipamentos militares, nomeadamente no âmbito da execução da Lei de Programação Militar, em articulação com a DGRDN, assegurar a conceção, a indústria, o comércio e a manutenção de material de Defesa e de desmilitarização de munições e outros acessórios, a conversão de materiais e ainda todas as atividades e produtos que com eles se relacionem.

A idD pode adquirir livremente participações em sociedades com objeto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Em 29 de junho de 2020, a sua acionista única DGTF – Direção Geral de Tesouro e Finanças, deliberou proceder a um aumento de capital realizado em espécie, através da entrega de participações sociais (ações) em empresas do sector da Defesa, e em numerário.

Assim o capital social da idD – Portugal Defence passou a ser 104.500.000,00 euros e a sociedade alterou a sua firma de IdD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A. para idD – Portugal Defence, S.A.

## 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

### 1.1 – Identificação da entidade e período de relato

a) Designação da entidade: IdD – Portugal Defence, S.A., NIF: 503.939.668

b) Endereço: Estrada da Luz n.º 153- 1600-153 Lisboa.

c) Código da classificação Orgânica: 5888

d) Tutelas:

Setorial: Ministério da Defesa Nacional;

Financeira: Ministério das Finanças;

e) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

Conforme indicado na Nota Prévia a idD Portugal Defence, S.A., teve origem na IDD - Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A., foi constituída como sociedade comercial anónima em 1 de agosto de 1997, sendo o seu capital subscrito e realizado a 100% pela holding estatal da Defesa à data (a sociedade EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A., tendo sofrido ao longo da sua história diversas alterações na sua firma e objeto social inicial.

O seu capital social é atualmente representado por 20.900.000 ações (cada ação tem o valor nominal de 5 €), sendo a sua única acionista a DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças em representação do Estado Português.

O funcionamento da sociedade é regulado pelos seus Estatutos, pelo Código das Sociedades Comerciais e complementarmente pelo Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (DL n.º 133/2013, de 03 de outubro).

A idD é uma entidade que, na sua génese jurídica, se constituiu como uma entidade do Sector Público Empresarial mas que, por força do disposto no artigo 2º da Lei nº 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação e dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, foi no ano de 2013 objeto de reclassificação no sector das Administrações Públicas, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas, passando assim a classificar-se como Empresa Pública Reclassificada (EPR). Inicialmente, e de acordo com a listagem divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no contexto do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais/Procedimento dos Défices Excessivos, a idD foi reclassificada como EPR em regime simplificado, passando a adotar o regime geral já durante o ano de 2019 como resultado de uma nova reclassificação.

f) Designação e sede da entidade que detêm o controlo final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas:

A entidade beneficiária última da sociedade e que detêm o controlo final da sociedade idD Portugal Defence, S.A. é a DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças, sita à Rua da Alfândega 5, 1100-585 Lisboa.

As contas consolidadas idD Portugal Defence (grupo Portugal Defence), podendo estas ser obtidas na sua sede social na Estrada da Luz, 153 – 1600-153 Lisboa, no seu site institucional [www.iddportugal.pt](http://www.iddportugal.pt) ou no Portal SIRIEF- Sistema de Informação de Recolha de Informação Económica e Financeira da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, nas Demonstrações Orçamentais e nas Notas dos seus Anexos encontram-se expressos em euros (EUR).

## 1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

### 1.2.1 – Referencial Contabilístico

Com a entrada em vigor do SNC-AP, a idD – Portugal Defence, S.A., por ser entidade pública reclassificada, ficou obrigada a apresentar as Demonstrações Financeiras e Orçamentais de acordo com este normativo, ou seja, aplicando o SNC-AP e procedendo aos ajustamentos de transição necessários.

Estas demonstrações financeiras e orçamentais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) em vigor à data de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo subsidiariamente adotadas as disposições das Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), do SNC, das Normas Internacionais de Contabilidade Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de tais estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas às demonstrações financeiras, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 19 de setembro de 2025, são expressas em euros e

foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

A informação financeira apresentada para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foi elaborada de acordo com o SNC-AP, que se apresenta em tudo igual à informação financeira de 2023.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis à idD – Portugal Defence, S.A. As notas do anexo foram renumeradas para que ficassem sequenciais.

#### 1.2.1 – Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC- AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes

#### 1.2.2 – Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

#### 1.2.3 – Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e de dezembro de 2023, os saldos de caixa e depósitos, incluem numerário denominado em moeda estrangeira e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, cujos saldos se detalham da seguinte forma:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Numerário	2.008,15	1.332,17
Numerário - moeda estrangeira	1.579,17	1.531,73
Depósitos bancários - IGCP	8.654.678,28	8.485.846,96
Depósitos bancários - BCP	2.644,06	5.928,68
Depósitos bancários - BPI	256,46	133,46
<b>Total</b>	<b>8.661.166,12</b>	<b>8.494.773,00</b>

A 31 de dezembro de 2024 o valor de depósitos bancários acima referido encontrava-se, apesar da autorização da exceção ao princípio da unidade de tesouraria, 99% no IGCP (Instituto de Gestão Crédito Público), refletindo o seu saldo, em larga medida, o impacto da tranche do aumento de capital realizada em numerário. O numerário denominado em moeda estrangeira é constituído essencialmente por 1.109,84 euros em libras esterlinas.

## 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 2.1 – Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCP requer que o Órgão de Gestão, no caso vertente o Conselho de Administração, formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. Representam de forma fiel os efeitos das transações, e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A Informação comparativa é divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

De acordo com o Princípio da Continuidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os exigíveis por uma NCP.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes.

Salienta-se que os resultados reais podem diferir das estimativas pela incerteza que lhes está associada.

### 2.2 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual, de acordo com o seguinte período de vida útil esperada dos bens:

- Equipamento básico (8 a 20 anos)
- Equipamento transporte (4 a 6 anos)
- Equipamento administrativo (3 a 10 anos)
- Outros ativos fixos tangíveis (4 a 20 anos)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor refletem as suas vidas úteis estimadas.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato.

Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

## 2.3 – Participações Financeiras

### 2.3.1- Participações Financeiras – Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a idD – Portugal Defence, S.A. tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a administração das subsidiárias.

As entidades consideradas subsidiárias encontram-se listadas na Nota 5 – Ativos ou Investimentos Financeiros (Participações Financeiras).

### 2.3.2- Participações Financeiras – Associadas

Conforme dispõe § 11 da NCP 23 – “Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição.

*A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido”.*

### 2.4- Ativos Financeiros

A idD – Portugal Defence, S.A. determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o estabelecido na NCP 18 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A idD – Portugal Defence, S.A. classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros:

- i) cujo prazo seja à vista ou tenha maturidade definida;
- ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Os réditos relativos a juros a reconhecer em cada período relativos a ativos registados ao custo amortizado, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

A idD – Portugal Defence, S.A. avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Sociedade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

## 2.5 - Inventários

Os inventários, quando existentes, são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

## 2.6 - Créditos a Receber

Os créditos a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou de prestações de serviços no decurso normal do negócio e são inicialmente reconhecidas ao custo (valor nominal), sendo subseqüentemente deduzidas de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## 2.7 - Caixa e Equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

## 2.8 - Património Líquido

As ações são classificadas no capital próprio ou património líquido. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.9 - Passivos Financeiros

A idD – Portugal Defence, S.A. determina a classificação dos passivos financeiros, quando existentes, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCP 18 – Instrumentos Financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A idD – Portugal Defence, S.A. classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida;
- ii) cujo reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar, como sejam os financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O gasto de juros a reconhecer em cada período é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os passivos financeiros remanescentes são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

#### 2.10 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

São reconhecidas provisões sempre que a idD – Portugal Defence, S.A. tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de atualização ou desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas anexas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo quando seja provável a existência de um benefício económico futuro.

#### 2.11 - Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços e são inicialmente registadas pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

#### 2.12 – Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a idD – Portugal Defence, S.A. possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

## 2.13 – Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. São calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com:

- i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou
- ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que:

- i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e
- ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

## 2.14 – Rendimentos, Gastos e Especialização dos Períodos

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas de Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar.

## 2.15 – Rendimentos, Gastos e Especialização dos Períodos

Os juros e outros encargos financeiros pagos ou a pagar como comissões bancárias relacionadas com empréstimos obtidos, ou encargos financeiros associados a garantias bancárias prestadas são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos períodos e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

## 2.16 – Rendimentos de Empréstimos Concedidos

Os juros recebidos ou a receber relacionados com empréstimos concedidos são reconhecidos como rendimentos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos períodos e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

## 2.17 – Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da idD – Portugal Defence, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no futuro são as seguintes:

### 2.17.1 – Estimativas Contabilísticas Relevantes

#### 2.17.1.1 – Provisões

A idD – Portugal Defence, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos financeiros necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 2.17.1.2 – Imparidades

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da idD – Portugal Defence, S.A. tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à

Sociedade. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 2.17.1.3 – Especialização dos exercícios

A idD – Portugal Defence, S.A. regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios ou acréscimo, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

### 2.18 – Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a essa data são refletidos nas demonstrações financeiras se materialmente relevantes (eventos ajustáveis).

### 2.19 - Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

2.19.1 - As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.

2.19.2 - Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

2.19.3 - Não foram detetados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras, que exigissem a reexpressão das mesmas.

### 2.20 - Partes Relacionadas

#### Divulgação de partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da idD – Portugal Defence, S.A., era integralmente detido pela DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os saldos de rubricas de Balanço e as transações realizadas com partes relacionadas, foram os seguintes:

Partes Relacionadas 2024	Contas a Receber Correntes	Contas a Pagar Correntes	Financiamentos Concedidos	Financiamentos Obtidos	Rendas	Serviços Prestados	Serviços Obtidos	Juros Obtidos	Juros Suportados
DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças	61.755,60	4.495.390,35	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.543,12
Arsenal do Alfeite, S.A.	418,20	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	625,00	59,65	25.774,25	0,00
ETI - Empordéf Tecnologias de Informação, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	625,00	6.993,12	1.208,00	0,00
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	21.023,68	0,00	272.743,08	0,00	0,00	0,00	0,00	21.023,68	0,00
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal SA.	0,00	0,00	0,00	0,00	16.406,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvolvimento de Software, SA.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, SA.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Naval Rocha - Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Magellan Orbital SA.	2.963,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>86.161,45</b>	<b>4.495.390,35</b>	<b>5.272.743,08</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>16.406,76</b>	<b>1.250,00</b>	<b>7.052,77</b>	<b>48.005,93</b>	<b>39.543,12</b>

Partes Relacionadas 2023	Contas a Receber Correntes	Contas a Pagar Correntes	Financiamentos Concedidos	Financiamentos Obtidos	Rendas	Serviços Prestados	Serviços Obtidos	Juros Obtidos	Juros Suportados
DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças	61.755,60	4.088.296,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.530,83
Arsenal do Alfeite, SA	418,20	355,65	0,00	0,00	0,00	1.647,90	19.522,05	0,00	0,00
ETI - Empordef Tecnologias de Informação, SA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875,60	0,00	0,00	0,00
Extra - Explosivos da Trafaria, SA	19.920,75	0,00	296.382,99	0,00	0,00	0,00	0,00	19.920,75	0,00
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal SA	137,13	1.880,16	0,00	0,00	15.342,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvolvimento de Software, SA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, SA	0,00	868.386,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Naval Rocha - Sociedade de Construção e Reparação Navais, SA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Magellan Orbital SA	2.678,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>84.910,65</b>	<b>4.958.919,22</b>	<b>296.382,99</b>	<b>0,00</b>	<b>15.342,00</b>	<b>2.523,50</b>	<b>19.522,05</b>	<b>19.920,75</b>	<b>30.530,83</b>

No que se refere às rubricas de saldos de balanço:

1- Nos créditos a receber da acionista DGTF no montante de 61.755,60 euros estão incluídos:

- os encargos suportados pela idD Portugal Defence, S.A. previamente à reestruturação suportados por esta sociedade em nome da EMPORDEF SGPS S.A. – em Liquidação entre o momento do pedido de encerramento da liquidação e cancelamento de atividade na Autoridade Tributária e Aduaneiro e o momento de averbamento do registo de encerramento da liquidação e correspondem essencialmente ao arrendamento dos escritórios na Rua Braamcamp n.º 90, 7.º, Lisboa
- Despesas inerentes ao funcionamento da anterior sede social onde funcionaram os serviços até à reestruturação da idD, nomeadamente a eletricidade, água, condomínio, comunicações, serviços de informática e limpeza de instalações, e outras despesas pós-liquidação.
- Este valor inclui ainda o custo do relatório independente do Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda em 4 de maio de 2020 no montante de 19.990,00 euros (acrescido de IVA à taxa legal).

2 - Na rubrica dívidas a pagar (passivo), o montante de 4.088.296,68 euros relativo à DGTF, respeita a:

- Diretos de créditos sobre participadas no montante de 3.599.997,96 euros;
- Dívidas à anterior acionista EMPORDEF SGPS S.A. – em Liquidação, correspondentes a rendas das instalações da unidade industrial de Alcochete até dezembro de 2019, às quais acresceram as rendas do ano de 2020, assim como os juros especializados das PACs remuneradas, no montante de 480.581.49 €;
- Rendas das instalações de Alcochete e ainda não foram faturados pela DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças à IdD - Portugal Defence, no valor de 169.830,90 €.

- Rendas das instalações de Bensaúde a serem faturadas, após confirmação do valor por parte das tutelas, pela DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças à IdD - Portugal Defence, no valor de 244.980 €.

3 – Na rubrica Financiamentos Concedidos o saldo com a participada (ver também a Nota 6), EXTRA, S.A. no montante de 296.382,99 euros corresponde ao saldo residual de um suprimento remunerado efetuado pela anterior acionista EMPORDEF SGPS S.A. – Em liquidação, em 2018 em duas tranches.

### Pessoal Chave da Gestão

Como pessoal chave da gestão e de controlo da atividade identificam-se os seus órgãos sociais, nomeadamente o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, cujos encargos são detalhados na tabela seguinte para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Pessoal Chave de Gestão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Revisor Oficial de Contas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Remuneração anual líquida	275.744,18	363.219,64	48.662,18	36.312,37	8.950,00	8.900,00
Gastos na utilização de telefones	3.040,00	4.299,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com viaturas de serviço	5.773,68	11.615,10	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>284.557,86</b>	<b>379.133,99</b>	<b>48.662,18</b>	<b>36.312,37</b>	<b>8.950,00</b>	<b>8.900,00</b>

### 3 – Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações e depreciações anuais e acumuladas, está detalhado nas tabelas seguintes:

AFT - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS - 31/12/2024

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	diminuições	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00								0,00
Goodwill	0,00	0,00								0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00								0,00
Programas de computador e sistemas de informação	3.152,24	0,00					-1.719,12			1.433,12
Propriedade industrial e intelectual	4.498,42	0,00					990,48			3.507,94
Outros	113.287,13	0,00					-71.272,52			42.014,61
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00								0,00
<b>Total</b>	<b>120.937,89</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-73.982,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46.955,77</b>

AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições - 31/12/2024

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00									0,00
Goodwill	0,00									0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00									0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00									0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00									0,00
Outros	0,00									0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00									0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

AFT - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS - 31/12/2023

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	diminuições	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00								0,00
Goodwill	0,00	0,00								0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00								0,00
Programas de computador e sistemas de informação	4.871,48	0,00					-1.719,12			3.152,36
Propriedade industrial e intelectual	7.499,00	0,00					-990,48			6.508,52
Outros	201.095,00	0,00					-87.807,94			113.287,06
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00								0,00
<b>Total</b>	<b>211.465,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-90.527,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120.937,94</b>

AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições - 31/12/2023

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00									0,00
Goodwill	0,00									0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00									0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00									0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00									0,00
Outros	0,00									0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00									0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 4 – Ativos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos nas diferentes rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações anuais e acumuladas, foi sumarizado nas tabelas seguintes:

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 31/12/2024

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	9.899.170,00						0,00			9.899.170,00
Edifícios e outras construções	20.788.256,82						-1.484.875,56			19.303.381,26
Equipamento básico	58.775,06	36.220,71					-16.430,47	-4.664,84		73.900,46
Equipamento de transporte	1.490,20						-496,68			993,52
Equipamento administrativo	44.044,43	42.637,63					-18.643,98			68.038,08
Equipamentos biológicos	0,00	0,00					0,00			0,00
Outros	305.461,19	7.639,69					-37.611,63			275.489,25
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	890,00					0,00			890,00
<b>Total</b>	<b>31.097.197,70</b>	<b>87.388,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.558.058,32</b>	<b>0,00</b>	<b>-4.664,84</b>	<b>29.621.862,57</b>

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - desagregação das adições - 31/12/2024

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											0,00
Ativos fixos em concessão											0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		0,00									0,00
Edifícios e outras construções		0,00									0,00
Equipamento básico		36.220,71									36.220,71
Equipamento de transporte		0,00									0,00
Equipamento administrativo		42.637,63									42.637,63
Equipamentos biológicos		0,00									0,00
Outros		7.639,69									7.639,69
Ativos fixos tangíveis em curso		890,00									890,00
<b>Total</b>		<b>87.388,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>87.388,03</b>

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Diminuições - 31/12/2024

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão						
Outros ativos fixos tangíveis						
Equipamento básico		4.664,84				4.664,84
<b>Total</b>		<b>4.664,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.664,84</b>

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 31/12/2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	9.899.170,00						0,00			9.899.170,00
Edifícios e outras construções	22.273.132,38						-1.484.875,56			20.788.256,82
Equipamento básico	61.696,59	10.797,99					-13.719,52			58.775,06
Equipamento de transporte	323,06	1.986,93	2.598,14				-819,79		-2.598,14	1.490,20
Equipamento administrativo	48.704,64	13.965,76					-18.625,97			44.044,43
Equipamentos biológicos	0,00	0,00					0,00			0,00
Outros	341.341,21	7.178,20					-43.058,22			305.461,19
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00									0,00
	<b>32.624.367,88</b>	<b>33.928,88</b>	<b>2.598,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.561.099,06</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.598,14</b>	<b>31.097.197,70</b>
Total	<b>32.624.367,88</b>	<b>33.928,88</b>	<b>2.598,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.561.099,06</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.598,14</b>	<b>31.097.197,70</b>

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - desagregação das adições - 31/12/2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											0,00
Ativos fixos em concessão											0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		0,00									0,00
Edifícios e outras construções		0,00									0,00
Equipamento básico		10.797,99									10.797,99
Equipamento de transporte		1.986,93									1.986,93
Equipamento administrativo		13.965,76									13.965,76
Equipamentos biológicos		0,00									0,00
Outros		7.178,20									7.178,20
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00									0,00
		<b>33.928,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.928,88</b>
Total		<b>33.928,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.928,88</b>

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Diminuições - 31/12/2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão						
Outros ativos fixos tangíveis						
Equipamento de transporte		2.598,14				2.598,14
		<b>2.598,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.598,14</b>
Total		<b>2.598,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.598,14</b>

5 – Ativos ou Investimentos Financeiros (Participações Financeiras)

Em 21 de janeiro de 2020, foi publicado o Despacho Conjunto n.º 786/2020, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Tesouro, que procedeu à reestruturação do setor empresarial da Defesa, determinando a transmissão do Estado para a idD – Plataforma das Indústrias da Defesa Nacionais, S.A., das participações por este detidas no setor da Defesa, designadamente as seguintes participações sociais:

Maioritárias:

- 100% da Arsenal do Alfeite, S.A.;
- 100% da ETI - Empordef Tecnologias de Informação, S.A.;
- 59,8 % da Extra - Explosivos da Trataria, S.A.

## Minoritárias:

- 45% da Naval Rocha- Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.;
- 35% da OGMA- Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.;
- 20,0 % da Magellan Orbital, S.A. (Subscrito e não totalmente realizado);
- 18% da EID- Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.;
- 17,5 % da EDISOFT- Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.

Participações Financeiras 2024	%	Custo de Aquisição ou "valor de realização do capital social em espécie"	Ajustamentos de transição ao Relatório do ROC Independente	Outros ajustamentos iniciais decorrentes da incorporação participadas	Total Ajustamentos iniciais	Investimentos Financeiros iniciais	Capital Social detido na Participada	Valor Contabilístico MEP 31/12/2024	Outros ativos financeiros sobre a Participada	Outros ajustamentos no Capital Próprio no Exercício por Participada	Ganho/Perda imputado no Exercício por Participada	Capitais Próprios das Participadas	Resultado Líquido do Exercício das Participadas
<b>Empresas Participadas</b>													
Arsenal do Alfeite, SA	100,00%	14.752.237,00	51.212.317,00	-7.733.993,30	43.478.323,70	58.230.560,70	32.400.000,00	36.858.714,68	5.000.000,00	-1.698.611,59	-3.361.780,00	36.858.714,68	-3.361.780,00
ETI - Empordief Tecnologias de Informação, SA	100,00%	371.879,00	698.534,40	0,00	698.534,40	1.070.413,40	900.000,00	146.672,68	0,00	0,00	107.412,80	146.672,68	107.412,80
Extra - Explosivos da Trafaria, SA	59,80%	838.967,00	472.496,69	1.627.982,39	2.100.479,09	2.939.446,04	926.900,00	2.644.447,38	296.382,99	0,00	37.237,00	6.246.841,46	62.269,56
<b>Sub Total</b>		<b>15.963.083,00</b>	<b>52.383.348,09</b>	<b>-6.106.010,99</b>	<b>46.277.337,14</b>	<b>62.240.420,14</b>	<b>34.226.900,00</b>	<b>39.649.834,74</b>	<b>5.296.382,99</b>	<b>-1.698.611,59</b>	<b>-3.217.130,00</b>	<b>43.252.228,82</b>	<b>-3.192.097,70</b>
<b>Empresas Associadas</b>													
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal SA	35,00%	48.004.744,00	0,00	0,00	0,00	48.004.744,00	11.900.000,00	42.726.114,99	0,00	0,00	817.587,00	122.074.618,00	2.335.963,00
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvolvimento de Software, SA	17,50%	503.218,00	0,00	0,00	0,00	503.218,00	175.000,00	958.701,45	0,00	0,00	67.699,28	5.478.294,00	386.853,00
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	18,00%	1.641.507,00	0,00	0,00	0,00	1.641.507,00	198.000,00	1.216.938,84	0,00	0,00	-7.616,91	6.760.771,94	-42.316,18
Naval Rocha - Sociedade de Construção e Reparação Navais, SA	45,00%	129.241,00	1.012.500,00	0,00	1.012.500,00	1.141.741,00	225.000,00	1.348.650,39	0,00	0,00	678.656,04	2.997.000,79	1.508.124,54
Magellan Orbital SA	20,00%	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	486,85	0,00	0,00	-6.631,58	52.434,11	-33.159,88
<b>Sub Total</b>		<b>50.288.710,00</b>	<b>1.012.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.012.500,00</b>	<b>51.291.210,00</b>	<b>12.508.000,00</b>	<b>46.250.892,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.549.693,48</b>	<b>137.363.118,89</b>	<b>4.155.464,48</b>
<b>Total das Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024</b>		<b>66.251.793,00</b>	<b>53.395.848,09</b>	<b>-6.106.010,99</b>	<b>47.289.837,14</b>	<b>113.531.630,14</b>	<b>46.734.900,00</b>	<b>85.900.727,12</b>	<b>5.296.382,99</b>	<b>-1.698.611,59</b>	<b>-1.667.436,58</b>	<b>180.615.347,71</b>	<b>963.366,78</b>

Participações Financeiras 2023	%	Custo de Aquisição ou "valor de realização do capital social em espécie"	Ajustamentos de transição ao Relatório do ROC Independente	Outros ajustamentos iniciais decorrentes da incorporação participadas	Total Ajustamentos iniciais	Investimentos Financeiros iniciais	Capital Social detido na Participada	Valor Contabilístico MEP 31/12/2023	Outros ativos financeiros sobre a Participada	Outros ajustamentos no Capital Próprio no Exercício por Participada	Ganho/Perda imputado no Exercício por Participada	Capitais Próprios das Participadas	Resultado Líquido do Exercício das Participadas
<b>Empresas Participadas</b>													
Arsenal do Alfeite, SA	100,00%	14.752.237,00	51.212.317,00	-7.733.993,30	43.478.323,70	58.230.560,70	32.400.000,00	41.919.106,33	0,00	-1.838.153,23	-1.823.393,74	41.919.106,33	-1.823.393,74
ETI - Empordief Tecnologias de Informação, SA	100,00%	371.879,00	698.534,40	0,00	698.534,40	1.070.413,40	900.000,00	39.259,88	0,00	0,00	-428.661,83	39.259,88	-428.661,83
Extra - Explosivos da Trafaria, SA	59,80%	838.967,00	472.496,69	1.627.982,39	2.100.479,09	2.939.446,04	926.900,00	2.607.210,18	296.382,99	0,00	35.105,04	6.184.571,90	58.704,08
<b>Sub Total</b>		<b>15.963.083,00</b>	<b>52.383.348,09</b>	<b>-6.106.010,99</b>	<b>46.277.337,14</b>	<b>62.240.420,14</b>	<b>34.226.900,00</b>	<b>44.565.576,39</b>	<b>296.382,99</b>	<b>-1.838.153,23</b>	<b>-2.216.950,53</b>	<b>48.142.938,11</b>	<b>-2.193.351,49</b>
<b>Empresas Associadas</b>													
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal SA	35,00%	48.004.744,00	0,00	0,00	0,00	48.004.744,00	11.900.000,00	41.908.527,88	0,00	0,00	3.475.720,15	119.738.655,00	9.930.629,00
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvolvimento de Software, SA	17,50%	503.218,00	0,00	0,00	0,00	503.218,00	175.000,00	969.578,11	0,00	0,00	168.250,25	5.540.385,00	961.430,00
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	18,00%	1.641.507,00	0,00	0,00	0,00	1.641.507,00	198.000,00	2.092.942,48	0,00	521.758,33	-182.040,34	11.627.458,23	-1.011.335,23
Naval Rocha - Sociedade de Construção e Reparação Navais, SA	45,00%	129.241,00	1.012.500,00	0,00	1.012.500,00	1.141.741,00	225.000,00	1.119.994,31	0,00	-0,48	558.619,83	2.488.876,24	1.241.377,41
Magellan Orbital SA	20,00%	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	7.118,81	0,00	0,00	-2.881,15	50.000,00	-14.405,99
<b>Sub Total</b>		<b>50.288.710,00</b>	<b>1.012.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.012.500,00</b>	<b>51.291.210,00</b>	<b>12.508.000,00</b>	<b>46.098.161,57</b>	<b>0,00</b>	<b>521.757,84</b>	<b>4.017.668,70</b>	<b>139.445.374,47</b>	<b>11.107.695,24</b>
<b>Total das Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023</b>		<b>66.251.793,00</b>	<b>53.395.848,09</b>	<b>-6.106.010,99</b>	<b>47.289.837,14</b>	<b>113.531.630,14</b>	<b>46.734.900,00</b>	<b>90.663.737,96</b>	<b>296.382,99</b>	<b>-1.316.395,41</b>	<b>1.800.718,17</b>	<b>187.588.312,58</b>	<b>8.914.343,75</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor das participações financeiras em empresas do grupo e associadas detidas pela idD Portugal Defence, S.A., tendo por base a informação financeira extraída das respetivas Demonstrações Financeiras, auditadas e reportadas a esta data, e após aplicação do MEP (ajustado em função dos outros ativos financeiros detidos sobre a participada) ascende a 85.900.727,12 € tendo a flutuação do MEP associada aos resultados líquidos ponderada pela participação social detida em cada uma das sociedades sido de -1.667.436,58 € euros.

Relativamente à participada EID, a idD Portugal Defence S.A., regista na respetiva conta de investimentos financeiros, a variação do valor resultante da aplicação do MEP à sua participada, na parte correspondente à quota parte da flutuação do resultado líquido da participada, por contrapartida da conta de rendimentos ou gastos correspondentes do exercício, na parte correspondente à flutuação de outras rubricas do capital próprio da participada por contrapartida da rubrica de ajustamentos em participações financeiras no capital próprio da idD Portugal Defence S.A..

No entanto, em virtude da cessão do direito aos dividendos clausulada no Acordo Parassocial celebrado com o acionista maioritário desta participada, para anular o impacto no valor da participada resultante da aplicação do MEP (quando os resultados são positivos existindo condições para a distribuição de dividendos) há que registar em paralelo a flutuação simétrica do valor da obrigação associada à cessão de dividendos (restaurando o equilíbrio patrimonial e do impacto no resultado do exercício).

Este Acordo Parassocial foi celebrado em 24 novembro de 2017 com a Thunderwaves, acionista maioritária da participada EID, S.A., no âmbito da operação de privatização parcial, através do qual à data acionista EMPORDEF SGPS S.A. – Em Liquidação (cuja posição contratual foi posteriormente assumida pela idD Portugal Defence, S.A.) e o outro acionista público (IAPMEI) cederam os seus direitos de crédito sobre a sua quota parte nos dividendos desta participada, cuja distribuição aos acionistas seja deliberada em AG, durante um período de 6 anos e no caso da idD Portugal Defence S.A. até ao montante máximo de 2.700.000,00 euros. Este acordo terminou em 2023.

#### 6 – Outros Ativos Financeiros

Rubrica		31/12/2024	31/12/2023
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	a)	44.663,59	44.663,59
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	b)	241.000,00	241.000,00
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	c)	10.719,40	10.719,40
Arsenal do Alfeite, S.A.	d)	5.000.000,00	0,00
<b>Total</b>		<b>5.296.382,99</b>	<b>296.382,99</b>

a) Este valor da participada Extra – Explosivos da Trafaria, S.A. é relativo a prestações acessórias de capital efetuadas em 2014 pela EMPORDEF SGPS S.A. e transmitidas para a idD – Portugal Defence S.A. a 29 de junho, no contexto da liquidação da sociedade Ribeira da Atalaia – Sociedade Imobiliária, S.A. no valor de 44.663,59 €.

b) Este valor da participada Extra é relativo a um financiamento efetuado pela acionista maioritária à data (EMPORDEF S.G.P.S. S.A. – Em Liquidação), em 2 tranches, a primeira no montante de 655.846,18 € em 29 de junho de 2018 e a segunda no montante de 60.000,00 euros em 28 de setembro de 2018 e destinaram-se a dotar a sociedade de tesouraria para liquidar o IRC referente ao exercício de 2017 e o pagamento adicional por conta do IRC do exercício de 2018. Em 20 de dezembro de 2019 foi efetuado pela Extra, S.A. um reembolso parcial deste financiamento no montante de 308.575,84 €, em 22 de dezembro de 2021, foi efetuado um segundo reembolso parcial no montante de 166.270,34 euros, bem como a liquidação dos juros no montante de 19.196,06 €, sendo o seu saldo atual de 241.000,00 €.

c) Em 2023, mantem-se o saldo de pagamentos por conta por regularizar no montante de 10.719,40 €.

d) Em 2024, foi concedido um contrato de apoio à tesouraria sob a forma de mútuo ao Arsenal do Alfeite, S.A. no valor de 5.000.000 €.

## 7 – Ajustamentos em Participações Financeiras

A valorização das participações financeiras (ações) relativa às entradas em espécie do aumento de capital, teve como base um relatório independente de um Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda em 4 de maio de 2020.

Em 2020, procedeu-se, nesta rubrica, à sistematização dos ajustamentos efetuados à valorização das participações financeiras registadas, integrando o impacto da sua compatibilização com a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial por contrapartida de rubrica de capital próprio.

<b>Ajustamentos em Participações Financeiras</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Ajustamento Inicial aos Cap. Próprios Arsenal Alfeite	51.212.317,00	51.212.317,00
Ajustamento Cap. Próprios Arsenal Alfeite, S.A. - Concessão	-9.162.788,96	-7.464.177,37
Ajustamento Arsenal do Alfeite, S.A.	<b>42.049.528,04</b>	<b>43.748.139,63</b>
Ajustamento EEN, S.A.	0,00	0,00
Ajustamento Extra, S.A.	1.627.982,35	1.627.982,35
	<b>43.677.510,39</b>	<b>45.376.121,98</b>
Ajustamento Cessão Dividendos EID, S.A. (2018)	0,00	0,00
Ajustamento MEP Cap. Próprios ETI, S.A.	0,17	0,17
Ajustamento MEP Cap. Próprios EDISOFT, S.A.	-3.548,80	7.727,04
Ajustamento MEP Cap. Próprios EXTRA, S.A.	1.835,73	1.835,73
Ajustamento MEP Cap. Próprios EID, S.A.	-234.910,91	-234.910,91
Ajustamento MEP Cap. Próprios NAVAL ROCHA, S.A		
	<b>-236.624,30</b>	<b>-225.348,46</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>43.440.886,09</b>	<b>45.150.773,52</b>

a) No relatório independente produzido pelo Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda, foi ainda considerado que os bens cedidos a título de concessão de uso do Arsenal do Alfeite, no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial poderiam produzir um efeito adicional nos capitais próprios da sua acionista no montante de 51.212.317 €, sendo efetuado no registo inicial desta participação financeira um ajustamento positivo dessa magnitude por contrapartida da rubrica de ajustamentos de ativos financeiros em capitais próprios da idD Portugal Defence, S.A.

b) Impacto da amortização relativa a 2020 do valor teórico da concessão das instalações e equipamentos da Arsenal do Alfeite, S.A., no montante de 1.891.678,83 € cujo impacto não é refletido através dos resultados líquidos da participada;  
No exercício de 2024, o impacto da amortização foi de 1.698.611,59 €, com um valor acumulado de 9.162.788,96 €.

c) Relativamente à participada EID, a idD Portugal Defence S.A., regista na respetiva conta de investimentos financeiros, a variação do valor resultante da aplicação do MEP à sua participada, na parte correspondente à quota parte da flutuação do resultado líquido da participada, que em 2023 foi negativo 234.910,91 € por contrapartida da conta de gastos correspondentes do exercício, na parte correspondente à flutuação de outras rubricas do capital próprio da participada por contrapartida da rubrica de ajustamentos em participações financeiras no capital próprio da idD Portugal Defence S.A.

No exercício de 2023, a EID procedeu ao pagamento de dividendos referentes aos exercícios de 2019 e 2020 no valor de 264.313,65 € e 521.238,06 €, respetivamente. No exercício de 2024, a EID deliberou proceder à distribuição de dividendos referentes aos exercícios de 2021 e 2022 no valor de 717.600,74 € e 150.785,98 €, respetivamente.

Com base no acordo de cessação de dividendos, a IDD tinha registado 1.653.938,44 € nesta rubrica por contrapartida de outras contas a pagar, respeitavam aos dividendos cedidos referentes aos exercícios de 2019,2020,2021 e 2022, com base no pagamento referente a 2019 e 2020 e na deliberação para 2021 e 2022, foi realizado o respetivo movimento em sentido contrário.

d) No que se refere à EXTRA, S.A. o valor do ajustamento inicial no montante de 1.627.982,35 €, reflete o impacto correspondente à reposição no capital próprio da participada do efeito do desreconhecimento dos créditos na valorização deste ativo (valor contabilístico).

## 8 – Inventários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os inventários da empresa apresentavam os seguintes saldos e composição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias	0,00	0,00
Mat. Primas, subs, e consumo	9.657,27	5.384,40
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>9.657,27</b>	<b>5.384,40</b>

## 9 – Clientes, Contribuintes e Utentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica de clientes apresentava os saldos e composição apresentados na tabela seguinte.

Clientes	Não Vencida	< 30 dias	30 a 60 dias	> 60 dias	Total
Polícia Segurança Publica	24.999,82	-	-	-	24.999,82
Direção Geral Recursos Defesa Nacional	0,00	-	-	-	0,00
BGR	2.225,00	-	-	-	2.225,00
TRIU	9.723,95	-	-	-	9.723,95
BMW Portugal	8.939,08	-	-	-	8.939,08
Resicorreia - Gestão e Serviços de Ambiente, Lda	720,71	-	-	-	720,71
Centrum	1.160,61	-	-	-	1.160,61
OGMA	196,19	-	-	-	196,19
Afonso H. O'Neill	1.770,32	-	-	-	1.770,32
Safe Life	24.575,05	-	-	-	24.575,05
Ecopartner	0,00	-	-	-	0,00
<b>Total a 31/12/2024</b>	<b>74.310,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>74.310,73</b>

Cientes	Não Vencida	< 30 dias	30 a 60 dias	> 60 dias	Total
Polícia Segurança Pública	35.136,67	-	-	-	35.136,67
Direção Geral Recursos Defesa Nacional	169.576,77	-	-	-	169.576,77
BGR	2.340,00	-	-	-	2.340,00
TRIU	5.748,75	-	-	-	5.748,75
Resicorreia - Gestão e Serviços de Ambiente, Lda	1.855,49	-	-	-	1.855,49
Egeo Pressão SA	1.964,48	-	-	-	1.964,48
OGMA	137,13	-	-	-	137,13
Safe Life	11.139,75	-	-	-	11.139,75
Ecopartner	5.987,73	-	-	-	5.987,73
<b>Total a 31/12/2023</b>	<b>233.886,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>233.886,77</b>

O Conselho de Administração entende que, nas datas indicadas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor, não existindo a necessidade de qualquer ajustamento por reconhecimento imparidade.

#### 10 – Estado e outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava os saldos e composição apresentados na tabela seguinte.

Rubrica	31/12/2024		31/12/2023	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IVA	771,48	42.919,22	771,48	176.316,25
IRC (Pagamento por conta)	0,00	0,00	0,00	0,00
IRC (estimado)	0,00	8.515,01	0,00	12.580,88
Segurança Social (contribuições da empresa)	0,00	26.907,99	0,00	27.447,08
Segurança Social (contribuições do trabalhador)	0,00	11.369,81	0,00	12.298,23
Caixa Geral Aposentações (contribuições da empresa)	0,00	2.315,88	0,00	2.594,72
Caixa Geral Aposentações (contribuições do trabalhador)	0,00	641,76	0,00	770,91
IASFA	0,00	0,00	0,00	0,00
IRS (Retenção na fonte) - trabalho dependente	0,00	15.941,41	0,00	19.673,70
IRS (Retenção na fonte) - trabalho independente	0,00	0,00	0,00	499,68
IRS (Retenção na fonte) - capitais	7.096,80	0,00	152,08	0,00
IRS (Retenção na fonte) - prediais	4.101,72	0,00	3.879,92	0,00
IRS (Retenção na fonte) - outros rendimentos	0,00	4,19	0,00	4,19
ADSE	0,00	261,56	0,00	158,71
Fundo Garantia Compensação Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>11.970,00</b>	<b>108.876,83</b>	<b>4.803,48</b>	<b>252.344,35</b>

## 11 – Outras Contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica “outras contas a receber” apresentava os seguintes saldos e composição:

Rubrica	Conta Corrente	pagamentos por conta	redébito encargos	operações financiamento curto prazo	Total 2024
DGTF - Direção Geral Tesouro e Finanças (faturado)	61.755,60				61.755,60
DGTF - Direção Geral Tesouro e Finanças (por faturar)	10.345,57				10.345,57
Extra - conta corrente	0,00	21.023,68			21.023,68
Arsenal do Alfeite - conta corrente	13.712,36				13.712,36
Dividendos	0,00				0,00
FCT	12.237,53				12.237,53
Seguros	8.709,07				8.709,07
Magellan Orbital	2.963,97				2.963,97
Outros devedores	5.416,53				5.416,53
<b>Total</b>	<b>115.140,63</b>	<b>21.023,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>136.164,31</b>

Rubrica	Conta Corrente	pagamentos por conta	redébito encargos	operações financiamento curto prazo	Total 2023
DGTF - Direção Geral Tesouro e Finanças (faturado)	61.755,60	-	-	-	61.755,60
DGTF - Direção Geral Tesouro e Finanças (por faturar)	10.345,57	-	-	-	10.345,57
Extra - conta corrente	0,00	19.920,75	-	-	19.920,75
Arsenal do Alfeite - conta corrente	62,54	-	-	-	62,54
Dividendos	43.911,55	-	-	-	43.911,55
FCT	12.237,53	-	-	-	12.237,53
Seguros	0,00	-	-	-	0,00
Magellan Orbital	2.678,97	-	-	-	2.678,97
Outros devedores	3.819,13	-	-	-	3.819,13
<b>Total</b>	<b>134.810,89</b>	<b>19.920,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>154.731,64</b>

Os valores em dívida pela DGTF resultam dos encargos suportados pela idD relativos à renda e manutenção das instalações no 7.º piso do edifício da Braamcamp, no período pós liquidação da EMPORDEF SGPS SA – Em Liquidação e com o relatório emitido pelo ROC independente Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. Nas tabelas seguintes são detalhados os encargos que foram objeto de débito e aqueles que estão latentes:

DGTF (Despesas redebitadas)	2024	2023
Rendas Braancamp (1º Semestre 2020)	31.887,60	31.887,60
Avaliação participações sociais SROC(Carlos Teixeira, Noé Gomes e Assoc	24.587,70	24.587,70
Encargos redebitados DGTF - Limpeza	1.614,70	1.614,70
Encargos redebitados DGTF - Eletricidade	1.224,86	1.224,86
Encargos redebitados DGTF - Vigilância	946,62	946,62
Encargos redebitados DGTF - Água	197,39	197,39
Encargos redebitados DGTF - Comunicações	1.296,73	1.296,73
<b>Total</b>	<b>61.755,60</b>	<b>61.755,60</b>

DGTF (Despesas não redebitadas)	2024	2023
Claranet - Serviços IT	6.788,06	6.788,06
Altice Portugal	1.397,75	1.397,75
Neolimpe - Limpeza	1.221,75	1.221,75
Outros encargos	938,01	938,01
<b>Total</b>	<b>10.345,57</b>	<b>10.345,57</b>

## 12 – Outras Contas a pagar

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica “outras contas a pagar” apresentava os seguintes saldos e composição:

Outras contas a pagar		2024	2023
EID Cessão de dividendos	a)	0,00	868.386,73
DGTF - Direção Geral Tesouro e Finanças	b)	480.581,49	454.332,54
Rendas DGFT - Alcochete	c)	169.830,90	33.966,18
Rendas DGFT - Bensaúde	d)	244.980,00	191.472,00
PRR New Space Portugal	e)	2.870.366,35	2.870.366,35
Outros acréscimos de gastos	f)	25.712,44	6.353,05
Outros acréscimos remunerações	g)	47.520,44	47.493,72
Palácio Bensaúde - Encargos	h)	74.160,00	49.440,00
Outras contas a pagar ao pessoal	i)	194.201,09	194.201,09
Outras contas a pagar		15.174,33	0,00
Arsenal do Alfeite		0,00	0,00
ROC		4.500,00	2.225,00
Sucatas		0,00	0,00
Bombeiros Alcochete		0,00	7.890,00
Outros credores		1.738,28	6.045,18
<b>Total</b>		<b>4.128.765,32</b>	<b>4.732.171,84</b>

a) Conforme referido nas Notas 5 - Ativos ou Investimentos financeiros (Participações Financeiras); 7- Ajustamentos em ativos financeiros e 26- Ganhos e perdas resultantes da aplicação do MEP às participadas, foi celebrado em 24 novembro de 2017 com a Thunderwaves, acionista maioritária da participada EID, S.A., no âmbito da operação de privatização parcial um Acordo Parassocial, através do qual à data acionista EMPORDEF SGPS S.A. – Em Liquidação (cuja posição foi posteriormente assumida pela idD Portugal Defence, S.A.) e o outro acionista público IAPMEI, cederam os seus direitos de crédito sobre a sua quota parte nos dividendos desta participada, cuja distribuição aos acionistas seja deliberada em AG, durante um período de 6 anos e no caso da idD Portugal Defence S.A. até ao montante máximo de 2.700.000,00 €, o qual terminou em 2023.

Uma vez que a EMPORDEF SGPS – Em Liquidação e subsequentemente a idD Portugal Defence, S.A. votaram contra as contas relativas aos exercícios findos em 30 abril de 2019 (2018) e 30 de abril de 2020 (2019), e apesar das primeiras terem sido judicialmente impugnadas, em 2023 foram distribuídos dividendos aos acionistas relativos a esses exercícios, no montante de 785.551,71 €, dos quais 264.313,65 € referentes ao exercício de 2019 e 521.238,06 € referentes ao exercício de 2020.

Em 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos referente aos exercícios de 2021 e 2022, no montante de 868.386,73 €, dos quais 717.600,74 € referentes ao exercício de 2021 e 150.785,98 € referentes ao exercício de 2022.

b) O saldo devedor à DGTF- Direção Geral Tesouro e Finanças, no montante de 480.581,49 € corresponde a uma dívida que a idD Portugal Defence, S.A. (à data idD-Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.) tinha com a EMPORDEF SGPS S.A. – Em Liquidação,

cujo saldo é maioritariamente composto por rendas vencidas e não liquidadas (referente às instalações industriais de Alcochete onde se procede à atividade de Desmilitarização) desde julho de 2016 até 31 de dezembro de 2019 no montante de 377.301,30 €, bem como aos juros vencidos e faturados até 2019 (no montante de 6.422,84 €), e os especializados em 2020 (no montante de 4.813,91 €), em 2021 (no montante de 4.801,09 €), em 2022 (no montante de 29.107,81 €), em 2023 (no montante de 30.530,83 €), e em 2024 (no montante de 26.248,95 €) das prestações acessórias remuneradas que a EMPORDEF SGPS S.A. – Em liquidação debitava à idD Portugal Defence, S.A., cujos saldos, com a liquidação daquela, transitaram para a esfera patrimonial da DGTF – Direção Geral Tesouro e Finanças.

c) O saldo credor no montante de 169.830,90 € respeita às rendas da instalação fabril de Alcochete referente ao 4º trimestre de 2023 (33.966,18 €) e ao ano de 2024 (135.864,72 €).

d) O saldo credor no montante de 244.980,00 € respeita à especialização dos gastos com rendas.

e) O valor de 2.870.366,35 €, é referente ao PRR New Space Portugal.

f) O valor de 25.712,44 €, refere-se às especializações de custos de natureza diversa.

g) O acréscimo de remunerações no valor de 47.520,44 € refere-se respeita ao valor de uma indemnização do foro laboral.

h) O valor de 74.160 € refere-se à especialização dos gastos com eletricidade e água no palácio Bensaúde.

i) O acréscimo de remunerações no valor de 194.201,09 € refere-se aos custos com férias, subsídios de férias e respetivos encargos sociais.

### 13 – Acionistas

Face à decisão do Conselho de Administração, em atender à determinação do acionista em reconhecer como passivo financeiro, os direitos de crédito sobre empresas participadas, foi revertida a provisão constituída em 2021, e reconhecido como dívida ao acionista o montante de 3.599.997,96 €, que se decompõe da seguinte forma:

<b>Acionista</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Direitos de credito DGTF - EEN Capital	1.402.434,88	1.402.434,88
Direitos de credito DGTF - EEN juros	14.031,93	14.031,93
Direitos de credito DGTF - Extra Capital	407.270,34	407.270,34
Direitos de credito DGTF - Extra juros	9.843,36	9.843,36
Direitos de credito DGTF - Extra CC	10.719,40	10.719,40
Direitos de credito DGTF - EXTRA PAC	44.663,59	44.663,59
Direitos de credito DGTF - Naval Rocha Capital	261.000,00	261.000,00
Direitos de credito DGTF - Naval Rocha PAC	751.500,00	751.500,00
Direitos de credito DGTF - ETI PAC	698.534,40	698.534,40
Direitos de credito DGTF - AA C/C	0,06	0,06
<b>Total</b>	<b>3.599.997,96</b>	<b>3.599.997,96</b>

## 14 – Diferimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava os seguintes saldos e composição:

<b>Diferimentos Ativos</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Seguros	6.674,30	6.425,19
Software	5.721,74	5.909,71
Outros gastos diferidos	0,00	65,62
<b>Total</b>	<b>12.396,04</b>	<b>12.400,52</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” apresentava os seguintes saldos e composição:

<b>Diferimentos Passivos</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Outros rendimentos a reconhecer (Rendas OGMA)	2.793,52	2.734,46
Seguro Responsabilidade Civil	0,00	8.451,85
<b>Total</b>	<b>2.793,52</b>	<b>11.186,31</b>

## 15 – Património

Neste apartado serão detalhadas as evoluções das distintas rubricas que compõem o Património Líquido ou Capital Próprio da sociedade.

### 15.1 – Património Realizado

<b>Património Líquido</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Património Líquido	104.500.000,00	104.500.000,00
<b>Total</b>	<b>104.500.000,00</b>	<b>104.500.000,00</b>

O capital social no montante de 104.500.000,00 € está representado por 20.900.000 ações (com o valor nominal de 5 € cada), sendo a sua única acionista a DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Em 29 de junho de 2020, o acionista único Estado, representado pela DGTF – Direção Geral de Tesouro e Finanças, deliberou proceder a um aumento de capital da sociedade no montante de 104.450.000,00 € através de uma componente em espécie (constituída pela transferência das participações sociais detidas pelo Estado em empresas da indústria de Defesa) e de outra em numerário, passando assim o capital social da idD – Portugal Defence para 104.500.000,00 €, repartido da seguinte forma:

i) Participações financeiras das empresas relacionadas com a indústria da defesa, no valor total de 101.469.571 €;

ii) Dotação em numerário no valor de 2.980.429 €, realizada em duas tranches;

A valorização das participações financeiras relativa às entradas em espécie teve como base um relatório independente de um Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda em 4 de maio de 2020.

### 15.2 – Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica no montante total de 1.991.000,00 € corresponde a prestações acessórias de capital, com origem em empréstimos realizados pela anterior acionista (a extinta EMPORDEF SGPS, S.A.) à idD, durante os anos de 1998 a 2001 e que em março de 2002 foram convertidos em prestações acessórias e que se destinaram a financiar a aquisição e construção da UDME – Unidade de Destruição de Munições e Explosivos. Deste total, 641.000,00 euros vencem juros à taxa Euribor a 12 meses + spread de 1,25%, sendo que os restantes 1.350.000,00 € não são remunerados nem têm prazo reembolso definido.

<b>Outros Instrumentos de capital próprio</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Outros Instrumentos de capital próprio	1.991.000,00	1.991.000,00
<b>Total</b>	<b>1.991.000,00</b>	<b>1.991.000,00</b>

### 15.3 – Reservas

Nesta rubrica são agregadas as reservas legais e as reservas livres, discriminando-se abaixo os seus valores, visto que umas apenas poderão ser incorporadas em aumentos de capital ou na cobertura de prejuízos (reservas legais) e outras serão passíveis de distribuição pelos acionistas (reservas livres).

#### 15.3.1 – Reservas Legais

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido positivo anual é destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que represente, no mínimo, 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobertura da parte dos prejuízos acumulados que não o possam ser através do resultado positivo do período ou de outras reservas, por um lado, ou para incorporação no capital, pelo outro. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo desta rubrica ascendia a 15.304,03 €.

<b>Reservas legais</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Reservas legais	15.304,03	15.304,03
<b>Total</b>	<b>15.304,03</b>	<b>15.304,03</b>

#### 15.3.2 – Reservas Livres

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não estavam constituídas quaisquer reservas livres.

#### 15.4 – Resultados Transitados

Resultados Transitados	2024	2023
Resultados de exercicios anteriores	-21.569.794,87	-22.850.343,61
Reforço provisão tribunal	-124.007,24	-124.007,24
EEN Ajuste Transicao	12.304,00	12.304,00
Arsenal Alfeite	-7.733.993,30	-7.733.993,30
EID Cessão de dividendos	0,00	0,00
	<b>-29.415.491,41</b>	<b>-30.696.040,15</b>

No exercício de 2021, na sequência da Assembleia Geral de Acionistas para aprovação das contas referentes ao exercício de 2020, o resultado líquido negativo de 6.676.992,98 € foi mantido na conta de resultados transitados.

Adicionalmente, foram ainda transferidos para resultados transitados o prejuízo adicional às contas de 2019 da Arsenal do Alfeite no montante de 7.733.993,30 euros (i.e. um erro material nas contas apresentadas), cujo reconhecimento nas contas da idD do exercício de 2020 se traduziu por uma diminuição da mesma magnitude em resultados transitados (e não na flutuação do MEP, aliás em linha com o tratamento dado nas contas da própria Arsenal do Alfeite, S.A. de 2020).

Este ajustamento na participada Arsenal do Alfeite, S.A. está suportado num relatório de revisão limitada às demonstrações financeiras da participada, com referência a 30 junho de 2020.

Com base no acordo de cessação de dividendos com a EID, esta tinha registado por contrapartida de outras contas a pagar, 264.313,65 €, respeitantes aos dividendos cedidos do exercício de 2019, com o seu pagamento, foi realizado o respetivo movimento em sentido contrário.

Salienta-se que as Contas referentes ao exercício de 2023, ainda não foram aprovadas em Assembleia Geral.

#### 15.5 – Ajustamentos em Ativos Financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava os saldos e movimentos observados na tabela seguinte:

Ajustamentos em Participações Financeiras	2024	2023
Ajustamento Inicial aos Cap. Próprios Arsenal Alfeite	51.212.317,00	51.212.317,00
Ajustamento Cap. Próprios Arsenal Alfeite, S.A. - Concessão	-9.162.788,96	-7.464.177,37
Ajustamento Arsenal do Alfeite, S.A.	<b>42.049.528,04</b>	<b>43.748.139,63</b>
Ajustamento EEN, S.A.	0,00	0,00
Ajustamento Extra, S.A.	1.627.982,35	1.627.982,35
	<b>43.677.510,39</b>	<b>45.376.121,98</b>
Ajustamento Cessão Dividendos EID, S.A. (2018)	0,00	0,00
Ajustamento MEP Cap. Próprios ETI, S.A.	0,17	0,17
Ajustamento MEP Cap. Próprios EDISOFT, S.A.	-3.548,80	7.727,04
Ajustamento MEP Cap. Próprios EXTRA, S.A.	1.835,73	1.835,73
Ajustamento MEP Cap. Próprios EID, S.A.	-234.910,91	-234.910,91
Ajustamento MEP Cap. Próprios NAVAL ROCHA, S.A	-0,49	-0,49
	<b>-236.624,30</b>	<b>-225.348,46</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>43.440.886,09</b>	<b>45.150.773,52</b>

No que se refere aos ajustamentos relativos à valorização da participada Arsenal do Alfeite, S.A., que em 2024 ascendem ao montante de 42.049.528,04 € (face a 43.748.139,63 €), resultam do efeito agregado das seguintes componentes:

1. No relatório independente produzido pelo Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda, foi ainda considerado que os bens cedidos a título de concessão de uso do Arsenal do Alfeite, no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial poderiam produzir um efeito adicional nos capitais próprios da sua acionista no montante de 51.212.317 €, sendo efetuado no registo inicial desta participação financeira um ajustamento positivo dessa magnitude por contrapartida da rubrica de ajustamentos de ativos financeiros em capitais próprios da idD Portugal Defence, S.A.;
2. Impacto da amortização do valor teórico da concessão das instalações e equipamentos da Arsenal do Alfeite, S.A., cujo impacto não é refletido através dos resultados líquidos da participada, no exercício de 2023, o impacto da amortização foi de 1.698.611,59 €, com um valor acumulado de 9.162.788,96 €.

No que se refere à EXTRA, S.A. o valor do ajustamento no montante de 1.627.982,35 €, reflete o impacto correspondente à reposição no capital próprio da participada do efeito do desreconhecimento dos créditos na valorização deste ativo (valor contabilístico), tendo-se mantido o ajustamento negativo da quota-parte (i.e. 1.046.500,00 euros) correspondente à contingência ambiental quantificada pelo auditor independente no montante de 1.750.000,00 €.

Com base no acordo de cessação de dividendos, a IDD tinha registado 756.669,24 € nesta rubrica por contrapartida de outras contas a pagar, dos quais 521.238,06 € respeitavam aos dividendos cedidos referente ao exercício de 2020, com o seu pagamento, foi realizado o respetivo movimento em sentido contrário.

#### 15.6 – Apuramento do Resultado Líquido por Ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi determinado da seguinte forma:

	2024	2023
Resultado líquido do período	-3 940 858,49	1 280 548,74
Número de ações	20 900 000	20 900 000
<b>Resultado básico por ação</b>	<b>(0,189)</b>	<b>0,061</b>

## 16 – Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava os seguintes saldos e movimentos:

Rubrica	2023	Aumentos	Diminuições	2024
Direitos de Regresso	288,41	0,00	288,41	0,00
Processos Judiciais em curso	115 455,31	134 671,02	714,00	249 412,33
Segurança Social	26 810,75	0,00	0,00	26 810,75
Formação Profissional não ministrada	22 724,21	0,00	4 627,65	18 096,56
<b>Total</b>	<b>165 278,68</b>	<b>134 671,02</b>	<b>5 630,06</b>	<b>294 319,64</b>

Rubrica	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Direitos de Regresso	50 867,93	0,00	50 579,52	288,41
Processos Judiciais em curso	0,00	115 455,31	0,00	115 455,31
Segurança Social	26 810,75	0,00	0,00	26 810,75
Formação Profissional não ministrada	23 674,56	7 282,62	8 232,97	22 724,21
<b>Total</b>	<b>101 353,24</b>	<b>122 737,93</b>	<b>58 812,49</b>	<b>165 278,68</b>

### 16.1 – Direitos de regresso

Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica incluía a estimativa de encargos subjacentes a um acidente de trabalho (ocorrido em 30 de agosto de 2017), resultantes de um processo movido pelo trabalhador contra a sociedade (Processo 1915/18.5T8BRR), que foi objeto de sentença condenatória desta em primeira instância (decisão proferida em 2 de outubro de 2020). O trabalhador em causa não se conformou com a sentença obtida em Tribunal, nomeadamente na componente relativa à indemnização fixada para danos não patrimoniais, tendo interposto recurso para a Relação a 26 de outubro de 2020.

A provisão integra o valor reclamado na globalidade da ação, nomeadamente os valores objeto de sentença de 1.ª instância acrescidos pelo montante reclamado de danos não patrimoniais, bem como a estimativa de custas de processo e uma estimativa dos direitos de regresso dos gastos suportados pela companhia de seguros envolvida neste acidente de trabalho (com base na experiência de processos anteriores).

Em 28 de abril de 2021, a sociedade chegou a acordo com este trabalhador tendo o processo sido retirado/resolvido. Assim, em 2021 foi liquidado à Fidelidade o montante de 3.145,24 € referentes ao direito de regresso referente ao 1º acidente.

Em relação ao 2º acidente e dando cumprimento à sentença proferida (Processo nº 1915/18.5 T8TBRR), foi pago ao colaborador o valor de 24.492,62 €, respeitante à remição do capital da pensão vitalícia (7.672,21 €), juros de mora (884,51 €), acerto de incapacidades temporárias (3.435,90 €) e uma indemnização por danos não patrimoniais (12.500,00 €). Foi provisionado em 2021, o valor a liquidar à fidelidade (3ª tranche), referente ao direito de regresso no montante de 4.123,73 €, bem como os juros de mora respeitantes ao direito de Regresso da Liberty (2.560,67 €).

Em 2023, este processo foi regularizado, ficando pendente o pagamento de despesas de tratamento no valor de 288,41 €, entretanto liquidadas em 2024.

## 16.2 – Processos Judiciais em curso

Em 2023, foi interposta uma ação especial de impugnação da regularidade e licitude do despedimento, intentada por um trabalhador, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa. O processo deu entrada em tribunal no dia 10.10.2023 e foi constituída uma provisão pelo valor peticionado de 115.455,31. Em 2024, entendeu o Conselho de Administração reforçar a provisão em 124.671,02 €, perante a possibilidade de ser considerada a improcedência da oposição à reintegração.

Foi constituída em 2024, uma provisão de 10.000 € referente a um processo interposto por um trabalhador, por assédio moral a ex-administradores pela qual a empresa poderá responder solidariamente.

## 16.3 – Segurança Social

Existe ainda uma provisão associada a uma possível contingência de dotações/contribuições para os fundos de compensação de trabalho e garantia de compensação de trabalho (cuja análise está em curso pela Segurança Social), a qual foi reforçada no exercício de 2022, sendo o seu saldo atual de 26.810,75 euros.

## 16.4 – Formação Profissional

A lei 7/2009 de 12 de fevereiro, aprovou a revisão do Código de trabalho, prevê que o empregador deve assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação, através de um número mínimo anual de horas de formação, mediante ações desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para frequência de formação por iniciativa do trabalhador;

O trabalhador tem direito, em cada ano, a um número mínimo de trinta e cinco horas de formação contínua ou, sendo contratado a termo por período igual ou superior a três meses, um número mínimo de horas proporcional à duração do contrato nesse ano.

As horas de formação que não sejam asseguradas pelo empregador até ao termo dos dois anos posteriores ao seu vencimento, transformam -se em crédito de horas em igual número para formação por iniciativa do trabalhador. Cessando o contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a receber a retribuição correspondente ao número mínimo anual de horas de formação que não lhe tenha sido proporcionado, ou ao crédito de horas para formação de que seja titular à data da cessação. Decidiu assim o Conselho de Administração atualizar a provisão já constituída para as horas de formação não ministradas em 2024, cujo valor ascende a 18.096,56 €.

Esta nota deverá ser lida em conjunto com a Nota 24 – Provisões (Aumentos/Reduções).

## 17 – Financiamentos Obtidos

Financiamentos Obtidos	31/12/2024	31/12/2023
Direção Geral do Tesouro e Finanças	5.000.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>0,00</b>

O financiamento obtido teve como objetivo a satisfação das necessidades de financiamento inadiáveis da sua participada Arsenal do Alfeite, S.A. no 4º trimestre de 2024.

O financiamento será reembolsado em doze prestações de capital, semestrais, iguais e sucessivas, com início em 31 de maio de 2026 e termo em 30 de novembro de 2031, vencendo juros à taxa fixa nominal anual, equivalente ao custo de financiamento da República Portuguesa.

## 18 – Fornecedores

Esta rubrica refere-se a valores a pagar resultantes de aquisições de bens ou serviços decorrentes do curso normal das atividades da Empresa, excluindo os fornecedores de imobilizado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica de fornecedores apresentava os seguintes saldos e composição apresentados nas tabelas seguintes:

Fornecedor	Não Vencida	< 30 dias	30 a 60 dias	> 60 dias	Total
Acciona	1.709,81	-	-	-	1.709,81
Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor	3.690,00	-	-	-	3.690,00
EDP Energia, SA	6.666,04	-	-	-	6.666,04
Ecodeal	658,30	-	-	-	658,30
Egor	4.319,51	-	-	-	4.319,51
Elis	358,23	-	-	-	358,23
Expresso Fogo	121,16	-	-	-	121,16
Galp Energia	443,54	-	-	-	443,54
Incentea	1.800,77	-	-	-	1.800,77
João Cipriano e Associados	2.736,75	-	-	-	2.736,75
Lidl	95,95	-	-	-	95,95
Leroy Merlin	51,97	-	-	-	51,97
Mailchimp	52,46	-	-	-	52,46
MaxamPor, S.A.	1.813,38	-	-	-	1.813,38
Mestre Brás	91,70	-	-	-	91,70
Microsoft	1.277,03	-	-	-	1.277,03
Papiro	93,48	-	-	-	93,48
Pares Advogados	12.697,18	-	-	-	12.697,18
Quantisis	1.476,00	-	-	-	1.476,00
Qucaan	49,38	-	-	-	49,38
Redecor	1.518,18	-	-	-	1.518,18
Siemens	1.273,73	-	-	-	1.273,73
Staples	42,05	-	-	-	42,05
Vodafone	1.527,27	-	-	-	1.527,27
Worten	81,39	-	-	-	81,39
Taberna Lusitana	17,20	-	-	-	17,20
Churrasqueira S. Jorge	35,20	-	-	-	35,20
Altice (Empordef)	-	-	-	99,15	99,15
Neolimpe (Empordef)	-	-	-	1.001,84	1.001,84
Via Verde	186,97	-	-	-	186,97
Vodafone (EEN)	-	-	-	13,83	13,83
<b>Total a 31/12/2024</b>	<b>44.884,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.114,82</b>	<b>45.999,45</b>

Fornecedor	Não Vencida	< 30 dias	30 a 60 dias	> 60 dias	Total
Farnborough	24.276,17	-	-	-	24.276,17
David Carvalho Martins	18.520,11	-	-	-	18.520,11
Dynasafe	-	-	-	8.400,00	8.400,00
João Cipriano e Associados	8.210,25	-	-	-	8.210,25
EDP Energia, SA	3.162,68	-	-	-	3.162,68
Bitwoci	2.552,25	-	-	-	2.552,25
F2SERVICE	1.961,85	-	-	-	1.961,85
ESPAP	1.758,14	-	-	-	1.758,14
MaxamPor, S.A.	1.738,62	-	-	-	1.738,62
Incentea	1.731,43	-	-	-	1.731,43
Galp Energia	1.482,09	-	-	-	1.482,09
Vodafone	1.207,50	-	-	-	1.207,50
Neolimpe (Empordef)	-	-	-	1.001,84	1.001,84
Siemens	891,75	-	-	-	891,75
Expresso Fogo	976,23	-	-	-	976,23
Microsoft	603,20	-	-	-	603,20
Elis	544,07	-	-	-	544,07
Associação Formação Profissional do Montijo	480,00	-	-	-	480,00
Desentop	461,25	-	-	-	461,25
Sulvending	350,45	-	-	-	350,45
PT Comunicações	305,44	-	-	-	305,44
Qucaan	237,27	-	-	-	237,27
MONTIRROL	210,42	-	-	-	210,42
MBA Markting	153,75	-	-	-	153,75
Auto Bayern	108,86	-	-	-	108,86
Altice (Empordef)	-	-	-	99,15	99,15
BGR	63,60	-	-	-	63,60
CP	57,50	-	-	-	57,50
Mailchimp	49,84	-	-	-	49,84
Camara Municipal Alcochete	40,52	-	-	-	40,52
Adobe	19,99	-	-	-	19,99
Vodafone (EEN)	-	-	-	13,83	13,83
Unibanco	1,03	-	-	-	1,03
Nos (Empordef)	-	-	-	0,01	0,01
<b>Total a 31/12/2023</b>	<b>72.156,26</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.514,83</b>	<b>81.671,09</b>

O Conselho de Administração entende que, nas datas indicadas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

#### 19 – Imposto sobre o rendimento (IRC)

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa normal 21%, sendo a Derrama Municipal fixada para o concelho de Lisboa em 2024 a taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2021 a 2024 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais gerados em 2014 a 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos. Os prejuízos fiscais gerados de 2017 a 2020 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Conforme já referido em pontos anteriores, nomeadamente na Nota 14.1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a IdD Portugal Defence S.A., realizou um aumento de capital, sendo uma tranche, no montante de 2.980.429 de euros, realizada em numerário.

De acordo com o preconizado no n.º 1 do Art.º 41-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na determinação do lucro tributável de uma sociedade, poderá ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação, limitada a cada exercício, da taxa de 7 % do montante das entradas realizadas em dinheiro até ao limite de 2.000.000 euros, sujeito às restrições das alíneas c.) e d.) do mesmo artigo.

O cálculo do imposto sobre o rendimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é detalhado na tabela seguinte.

Rubrica	2024	2023
Resultado antes de imposto	-3 932 343,48	1 280 548,74
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Diferença permanentes	1 671 283,01	-1 800 708,81
Resultado tributável	-2 401 060,47	-647 579,19
Impostos diferidos ativos não reconhecidos		
Utilização prejuízos anos anteriores (a)	0,00	0,00
Imposto à taxa normal	0,00	0,00
Tributação autónoma	8 515,01	12 580,88
Derrama	0,00	0,00
Imposto corrente	8 515,01	12 580,88
Taxa efetiva de imposto	-0,22%	0,98%

Assim sendo, na estimativa de imposto para exercício de 2024 acima demonstrada, a empresa deduziu à matéria coletável o montante de 140.000,00 €. Este benefício fiscal pode ser utilizado durante seis anos (no exercício da realização da entrada e nos cinco anos seguintes), sempre pelo valor de  $7\% \times 2.000.000$  €, em cada um dos anos (até ao exercício fiscal de 2025), conforme estabelecido nas alíneas a.) e b.) do n.º 2 do Art.º 41-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

No que respeita à utilização de prejuízos fiscais de anos anteriores, considerando que:

i.) No exercício fiscal de 2020, na sequência de determinação do governo, através das tutelas setorial e financeira, e conforme o n.º 5 do Despacho conjunto do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Tesouro nº 786/2020, datado de 30 de dezembro de 2019 e publicado em Diário da República a 21 de janeiro de 2020, realizada a dissolução e liquidação imediatas da sociedade EEN – Empordef Engenharia Naval, S.A. (empresa pública detida indiretamente a 100% pelo Estado Português);

ii.) A dissolução imediata, e subsequente liquidação imediata, foram realizadas através de transmissão global de património, i.e de todos os ativos e passivos patrimoniais e contingenciais, e operada através de escritura pública celebrada a 30 de dezembro de 2020, não se apurando um resultado fiscal da liquidação.

iii.) A sociedade EEN – Empordef Engenharia Naval, S.A. era, à data da liquidação, e conforme o n.º 3 do referido Despacho (relembremos emitido no contexto da Reestruturação das Participações Públicas na Economia de Defesa), detida a 100% pela

idD Portugal Defence, S.A. (empresa pública detida a 100% pelo Estado Português via DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças).

iv.) A transmissão global de património, i.e de todos os ativos e passivos patrimoniais e contingenciais para o sócio/acionista único, bem como de todos os ramos de atividade prosseguidos pela sociedade EEN, S.A., para a esfera da sociedade idD Portugal Defence S.A., no referido quadro da reestruturação das participações do Sector Empresarial do Estado na indústria da Defesa, determinada pelo acionista ou beneficiário último (que é o Estado Português, via Ministério das Finanças através da Direção Geral do Tesouro e Finanças) constitui, na sua substância económica, financeira e fiscal, uma fusão, em que a EEN, S.A. (sociedade dissolvida e liquidada é, em termos fiscais, equiparável a uma sociedade fundida) e a idD Portugal Defence S.A. (é, no caso vertente, em termos fiscais, equiparada a sociedade beneficiária), aplicando-se, no que se refere:

- à aplicabilidade, a aplicação conjunta das alíneas c.) e d.) do n.º 1 do Art.º 73 do Código do IRC, que em seguida se enunciam:

“1 – Considera-se fusão a operação pela qual se realiza:

c) A transferência global do património de uma sociedade (sociedade fundida) para a sociedade detentora da totalidade das partes representativas do seu capital social (sociedade beneficiária);

d) A transferência global do património de uma sociedade (sociedade fundida) para outra sociedade já existente (sociedade beneficiária), quando a totalidade das partes representativas do capital social de ambas seja detida pelo mesmo sócio;”

“10 – O regime especial estabelecido na presente subsecção não se aplica, total ou parcialmente, quando se conclua que as operações abrangidas pelo mesmo tiveram como principal objetivo ou como um dos principais objetivos a evasão fiscal, o que pode considerar-se verificado, nomeadamente, nos casos em que as sociedades intervenientes não tenham a totalidade dos seus rendimentos sujeitos ao mesmo regime de tributação em IRC ou quando as operações não tenham sido realizadas por razões económicas válidas, tais como a reestruturação ou a racionalização das atividades das sociedades que nelas participam, procedendo-se então, se for caso disso, às correspondentes liquidações adicionais de imposto.”

A possibilidade de não aplicação prevista no número 10, supracitado, é afastada, na medida em que esta operação se enquadra no contexto da reestruturação das participações do Estado Português na indústria de Defesa, o que permite inequivocamente afastar a evasão fiscal como o determinante ou racional único desta operação.

- à transmissibilidade dos prejuízos fiscais, o n.º 1 do Art.º 75 do Código do IRC, que em seguida se enuncia:

“1 – Os prejuízos fiscais das sociedades fundidas podem ser deduzidos dos lucros tributáveis da nova sociedade ou da sociedade incorporante, nos termos e condições estabelecidos no artigo 52.º e até ao fim do período referido no n.º 1 do mesmo artigo, contado do período de tributação a que os mesmos se reportam.”

v.) Na linguagem e aplicação prática do Código das Sociedades Comerciais, uma dissolução imediata de uma sociedade e a subsequente liquidação imediata, através da transmissão global de patrimónios para o sócio ou acionista única (que constitui uma sociedade comercial já existente) corresponde, nos seus efeitos jurídicos, a uma fusão por incorporação, em que a sociedade EEN, S.A. é a sociedade incorporada e a idD Portugal Defence, S.A., a sociedade incorporante.

vi.) Na transmissão global de patrimónios, que acomoda a transmissão de ativos e passivos patrimoniais e/ou ativos ou passivos contingenciais, a dedutibilidade dos prejuízos fiscais, configura na sua essência um ativo contingencial (créditos fiscais) independentemente do seu reconhecimento patrimonial (ou não) no ativo da sociedade beneficiária como imposto diferido ativo.

vii.) No caso vertente não houve partilha (visto existir um sócio/acionista único), nem a redução a dinheiro/numerário do valor dos ativos (após a liquidação prévia de passivos), nem resultado da partilha, que são as disposições no Código do IRC que são aplicáveis às liquidações (Art.º 79.º a 81.º).

Assim, a empresa utilizou no cálculo do imposto a pagar em 2020, um crédito fiscal de 58.193,03 € (70% do lucro tributável), com origem nos prejuízos fiscais da EEN, S.A. (ativo contingencial). Na tabela seguinte são detalhados os reportes fiscais latentes no montante de 1.492.067,29 € com origem na EEN, S.A. (sociedade dissolvida e liquidada por transmissão global de património para a acionista única idD Portugal Defence S.A. e já extinta), passíveis de utilização futura e/ou de reconhecimento como impostos diferidos ativos.

Período Reporte	Valor Inicial	Utilização	Valor Final
2014	81.387,55	0,00	81.387,55
2015	324.718,49	0,00	324.718,49
2016	407.465,26	0,00	407.465,26
2017	83.227,73	0,00	83.227,73
2018	191.484,07	0,00	191.484,07
2019	214.045,54	0,00	214.045,54
2020	189.738,65	46.369,53	143.369,12
2021	2.124.821,46	0,00	2.124.821,46
2022	2.739.505,69	0,00	2.739.505,69
2023	647.579,19	0,00	647.579,19
2024	2.401.060,47	0,00	2.401.060,47
<b>Total</b>	<b>9.405.034,10</b>	<b>46.369,53</b>	<b>9.358.664,57</b>

20 – Rendimento de transações com contraprestação e transferências correntes e subsídios à exploração obtidos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as rubricas de vendas, prestações de serviços e transferências correntes e subsídios à exploração obtidos foram totalmente realizadas no mercado interno e apresentavam os seguintes saldos:

Rubrica	2024	2023
Vendas	21.457,50	72.918,55
Prestações de Serviços	723.956,83	2.611.725,66
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	1.142.444,44	1.250.381,24
<b>Total</b>	<b>1.887.858,77</b>	<b>3.935.025,45</b>

Em vendas, o valor de 21.457,50 €, respeita à alienação de sucatas e resíduos resultantes dos processos de desmilitarização e desativação.

O montante de 723.956,83 € reconhecido na rubrica “prestações de serviços”, reparte-se da seguinte forma:

- Contrato de desmilitarização celebrado com a DGRDN\MDN, 624.250 €;
- Desativação de explosivos e outros materiais energéticos do mercado civil, 99.882,63 €

A rubrica “transferências correntes e subsídios à exploração obtidos” respeita ao:

- Protocolo celebrado em 13 de fevereiro de 2015 entre o Ministério da Defesa Nacional e a idD – Portugal Defence, S.A. para desenvolvimento da BTID e subsequente aditamento celebrado em 15 de maio de 2020, 1.000.000,00 €;
- Projeto MEAP MZ – 108.485,39 €;
- PRR Aeronext – 33.959,05 €.

21 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A rubrica de custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas compreendia em 31 de dezembro de 2024 e 2023, matérias-subsidiárias adquiridas para o funcionamento da U.D.M.E. (Unidade de Destrução Materiais e Explosivos).

Rubrica	2024	2023
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias primas	10.195,97	1.945,74
Matérias subsidiárias	10.241,13	34.288,03
Embalagens de consumo	1.703,64	4.158,86
<b>Total</b>	<b>22.140,74</b>	<b>40.392,63</b>

## 22 – Fornecimentos e Serviços Externos

A composição da rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é detalhada na tabela seguinte.

Rubrica	2024	2023
Trabalhos especializados	115.068,43	87.124,66
Rendas e alugueres	209.181,75	350.053,42
Pessoal em trabalho temporário	0,00	13.810,89
Honorários	162.032,60	79.525,07
Electricidade	46.120,20	42.644,13
Combustíveis	7.187,93	11.432,05
Conservação e reparação	26.585,73	26.528,76
Limpeza, higiene e conforto	25.387,44	23.210,26
Deslocações e estadas	65.643,90	90.648,85
Comunicação	30.041,73	31.550,79
Seguros	11.816,52	20.228,64
Outros	29.828,46	15.381,41
Portagens	2.150,46	4.888,62
Contencioso e notariado	652,00	1.906,25
Material escritório	1.989,43	1.492,52
Ferramentas e utensílios desgaste	948,86	699,77
Água	3.625,21	3.245,44
Publicidade e propaganda	1.719,00	1.812,18
Artigos para oferta	2.076,71	0,00
Feiras internacionais	0,00	93.878,34
<b>Total</b>	<b>742.056,36</b>	<b>900.062,05</b>

## 23 – Gastos com Pessoal

A repartição das linhas dos “Gastos com o Pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é apresentada na tabela seguinte:

Rubrica	2024	2023
Remun. Órgãos Sociais	320.301,60	403.264,16
Remun. Pessoal	928.587,76	970.294,46
Indemnizações - Órgãos Sociais	0,00	0,00
Indemnizações - Pessoal	0,00	57.186,33
Encargos sobre Remun.	281.278,86	275.323,93
Seguros de Acidentes no Trabalho e Saúde	97.714,36	107.282,74
Outros gastos com Pessoal	16.393,69	15.910,55
<b>Total</b>	<b>1.644.276,27</b>	<b>1.829.262,17</b>

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a empresa tinha 36 e 37 colaboradores respetivamente (neles se incluindo os 6 membros de órgãos sociais face aos 8 anteriores).

Os gastos com pessoal apresentam uma redução de 10,11% (184.985,90 €), onde se incluem, eventos não recorrentes, tais como:

- Redução dos Órgãos Sociais de 7 para 5 membros.
- Inexistência de indemnizações por rescisão de contrato.
- Redução dos encargos sociais e seguros por via da redução do quadro de pessoal.

#### 24 – Provisões (Aumentos / Diminuições)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o movimento de provisões foi o seguinte:

Rubrica	2024	2023
Gastos de Reestruturação	0,00	0,00
Processos Judiciais em curso	-134 671,02	-115 455,31
Acidente trabalho Alcochete	0,00	48 058,85
Segurança Social	0,00	0,00
Formação Profissional não ministrada	4 627,65	-7 282,62
<b>Total</b>	<b>-130 043,37</b>	<b>-74 679,08</b>

A provisão está relacionada com a constituição e reforço de processos judiciais em curso 134.671,02 € e com horas de formação não ministradas, tendo sido revertido o montante de 4.627,65 €. Esta nota deverá ser lida em conjunto com a Nota 16 – Provisões.

#### 25 – Outros rendimentos e ganhos

Na tabela infra são apresentadas em detalhe as componentes que contribuíram para o saldo desta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Rubrica	2024	2023
IMI - Parque Aeronáutico Alverca	120.609,81	119.077,60
Rendas - Parque Aeronáutico Alverca	16.406,76	15.542,00
NATO	0,00	6.720,00
Correções Exercícios Anteriores	0,00	11.534,59
Outros	338,01	67.246,22
<b>Total</b>	<b>137.354,58</b>	<b>220.120,41</b>

Nesta rubrica, destaca-se o rendimento recorrente, corresponde ao montante do IMI – Imposto Municipal de Imóveis, especializado pela idD para o exercício fiscal de 2024, referente ao Parque Aeronáutico de Alverca, que será redebitado/faturado à participada

OGMA, S.A. no ano de 2025. Paralelamente, este montante de IMI a pagar é reconhecido/especializado em outros gastos e perdas no exercício correspondente de tributação, embora só seja liquidado no ano seguinte (Ver Nota 26. Outros gastos e perdas). O saldo especializado nesta rubrica de outros rendimentos e ganhos será anulado por emissão da refaturação à participada OGMA, S.A., e o saldo da especialização do gasto associado ao IMI – Parque Aeronáutico Alverca – será anulado por liquidação do IMI.

## 26 – Outros gastos e perdas

Na tabela infra são apresentadas em detalhe as componentes que contribuíram para o saldo desta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Rubrica	2024	2023
IMI - Parque Aeronáutico Alverca	118.795,54	118.795,54
Protocolo BVA	5.000,00	7.000,00
Gastos financiamento \ Serviços bancários	3.658,12	2.262,73
IUC	1.788,96	1.834,69
Multas e penalidades	4.064,89	146,99
Gastos AOV	9.233,77	6.298,20
Rédito MEAP	0,00	18.950,82
Outros gastos e perdas	494,92	1.301,83
<b>Total</b>	<b>143.036,20</b>	<b>156.590,80</b>

a) IMI – Parque Aeronáutico de Alverca registou um movimento de carácter recorrente, correspondente à especialização do gasto associado ao IMI – Parque Aeronáutico Alverca (ver Nota 25- Outros rendimentos e ganhos).

b) Protocolo BVA - Esta rubrica registou um movimento de carácter recorrente, correspondente à especialização do gasto associado ao Protocolo celebrado entre a idD Portugal Defence S.A. e a Associação Humanitária aos Bombeiros Voluntários de Alcochete, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, correspondendo este gasto à contrapartida das ações de formação periódica de colaboradores da idD Portugal Defence S.A., no combate de 1.ª linha a fogos nas instalações fabris e no perímetro florestal do terreno/herdade onde estão implantadas as suas instalações produtivas.

c) Em 2022, foi reconhecido como rédito o valor de 18.950,82 euros referente à coordenação técnica do projeto MEAP, por se entender que seria uma prestação de serviço associada ao projeto. Em 2023, ficou esclarecido que a referida coordenação técnica do projeto revestia a natureza de subsídio, pelo que o rédito foi anulado.

## 27 – Ganhos e perdas resultantes da aplicação do MEP às participadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor das participações financeiras detidas pela idD Portugal Defence, S.A., após aplicação do MEP é de 85.900.727,12 €, tendo a flutuação do MEP associada aos resultados líquidos ponderada pela participação social detida em cada uma das sociedades ascendido a -1.667.436,58 €, sendo este o valor indicado na Demonstração de Resultados por naturezas.

Na tabela seguinte sumariza-se a contribuição dos resultados líquidos de cada uma das participadas para o resultado do exercício da idD Portugal Defence, S.A. por aplicação do MEP – Método de Equivalência Patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, salientando-se o impacto do resultado negativo obtido na participada Arsenal do Alfeite, S.A, amortecido pelos resultados positivos de outras empresas participadas.

Empresa	Ganho/Perda imputado no Exercício por Participada 2024	Ganho/Perda imputado no Exercício por Participada 2023
<b>Empresas Participadas</b>		
Arsenal do Alfeite, S.A.	-3.361.780,06	-1.823.393,74
ETI - Empordef Tecnologias de Informação, S.A.	107.412,80	-428.661,83
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	37.237,20	35.105,04
<b>Sub Total</b>	<b>-3.217.130,06</b>	<b>-2.216.950,53</b>
<b>Empresas Associadas</b>		
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	817.587,05	3.475.720,15
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.	67.699,28	168.250,25
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	-7.616,91	-182.040,34
Naval Rocha - Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A.	678.656,04	558.619,83
Magellan Orbital S.A.	-6.631,98	-2.881,19
<b>Sub Total</b>	<b>1.549.693,48</b>	<b>4.017.668,70</b>
	<b>-1.667.436,58</b>	<b>1.800.718,17</b>
EID, S.A. - Acordo Cessação de Dividendos	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultado MEP do Exercício</b>	<b>-1.667.436,58</b>	<b>1.800.718,17</b>

Salienta-se ainda que estes resultados consistem em flutuações de valores das participadas, mas não configuram resultados realizados (e tributados) com participadas, uma vez que no exercício em apreço não foram alienadas total ou parcialmente quaisquer participações sociais em participadas.

## 28 – Juros e rendimentos similares obtidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica era o seguinte:

Rubrica	2024	2023
Extra, S.A.	21.023,68	19.920,75
Arsenal do Alfeite	39.068,42	0,00
ETI	1.208,00	0,00
IGCP	2.612,94	608,33
<b>Total</b>	<b>63.913,04</b>	<b>20.529,08</b>

Os valores indicados nesta rubrica correspondem aos juros faturados e/ou especializados no exercício, relativos à remuneração das operações de suporte ou apoio à tesouraria efetuadas pela idD Portugal Defence, S.A. às participadas identificadas, bem como os resultados das aplicações em CEDIC's.

## 29 – Juros e gastos similares suportados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica era o seguinte:

Rubrica	2024	2023
DGTF - EMPORDEF	26.248,95	30.530,83
DGTF - Suprimento	13.294,17	0,00
Outros	896,79	129,31
<b>Total</b>	<b>40.439,91</b>	<b>30.660,14</b>

Os juros suportados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, compreendem a especialização dos juros referentes ao mutuo contraído junto da DGTF para apoio ao Arsenal do Alfeite, S.A., bem como de uma tranche remunerada das prestações acessórias de capital originalmente efetuadas pela anterior acionista EMPORDEF SGPS, S.A., em 18 de março de 2002, e que no processo de liquidação desta entidade ascenderam à DGTF entidade que exerce a função acionista da idD Portugal Defence S. A. e cujo detalhe a seguir se apresenta:

Entidade	Data Contrato	Data Visto TC	Prazo Contrato	Capital		Taxa de Juro		Encargos vencidos não	Saldo em 01/01/2024	Saldo em 31/12/2024
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual			
DGTF	18/03/2002	n.a.	360 dias	641.000,00	641.000,00	4,280%	0,751%	26.248,95	641.000,00	641.000,00
<b>Total</b>				<b>641.000,00</b>	<b>641.000,00</b>			<b>26.248,95</b>	<b>641.000,00</b>	<b>641.000,00</b>

Entidade	Data Contrato	Data Visto TC	Prazo Contrato	Capital		Taxa de Juro		Encargos vencidos não	Saldo em 01/01/2023	Saldo em 31/12/2023
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual			
DGTF	18/03/2002	n.a.	360 dias	641.000,00	641.000,00	4,280%	0,751%	30.530,83	641.000,00	641.000,00
<b>Total</b>				<b>641.000,00</b>	<b>641.000,00</b>			<b>30.530,83</b>	<b>641.000,00</b>	<b>641.000,00</b>

Os juros especializados foram reconhecidos como gastos do ano por contrapartida da rubrica outras contas a pagar- DGTF.

## 30 – Locações

A empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional (AOV ou renting) correspondente às viaturas em utilização pelos membros do Conselho de Administração, ascendendo a sua responsabilidade futura aos seguintes valores:

Rubrica	Até 1 ano	de 2 a 5 Anos	Mais de 5 anos
Equipamento Transporte	11.740,43	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>11.740,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

No exercício de 2024, foi entregue uma viatura e em 2025 já foi entregue outra viatura.

### 31 – Responsabilidades da empresa por garantias prestadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a empresa tinha a seguinte responsabilidade relativa a garantias bancárias emitidas:

Rubrica	2024	2023
Millennium BCP - DGRDN 2023/4 a)	127.641,80	127.641,80
Millennium BCP - DGRDN 2025/6 a)	146.340,48	0,00
Millennium BCP - IGFSS b)	26.810,75	26.810,75
<b>Total</b>	<b>300.793,03</b>	<b>154.452,55</b>

a) Estas garantias bancárias prestadas constituem uma garantia de boa execução (garantia técnica) relativa aos Contratos de Aquisição de Serviços de Desmilitarização de Munições e Explosivos Provenientes dos Ramos das Forças Armadas, celebrado com a DGRDN – Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, correspondente a cerca de 5% do valor nominal do contrato. Em ambos os casos a entidade emitente foi o Millennium BCP e entidade beneficiária a DGRDN.

b) Esta garantia destina-se a caucionar o integral cumprimento das obrigações que venham a resultar da decisão do processo de execução fiscal em que é exequente o IGFSS.

### 32 – Dívidas em mora ao Estado

A empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não tinha dívidas em mora ao Estado, conforme se pode comprovar pelas certidões de ausência de dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social e CGA (nas datas indicadas).

### 33 – Proposta de aplicação de resultados

O exercício findo em 31 de dezembro de 2024 encerrou com um resultado líquido negativo de 3.940.858,49 €, pelo que o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Acionistas que o resultado líquido seja transferido para resultados transitados.

### 34 – Notas à Demonstração de Fluxos de Caixa

Nesta nota são dados visibilidade e detalhe aos fluxos de caixa verificados consoante o tipo de atividade, sendo uma aproximação à execução orçamental e à evolução do saldo de gerência durante o exercício ou período de 2024.

#### Fluxos de Caixa da Atividade Operacional

##### 34.1 – Recebimento de clientes

Esta rubrica agrega essencialmente recebimentos de clientes (que incluem o IVA à taxa em vigor) no montante de 1.195.158,93 €, neste exercício agregam, 937.404,27 € do contrato de desmilitarização, da atividade desenvolvida no mercado civil, 105.995 €, da

alienação de sucatas e escórias, 21.684,50 € e do recebimento de 130.075,16 euros associados à atividade de exploração do Parque Aeronáutico de Alverca (rendas e IMI).

#### 34.2 – Recebimentos de transferências e subsídios correntes

A rubrica de recebimentos de transferências e subsídios correntes compreende os montantes/transferências recebidas ao abrigo do Protocolo celebrado com o Ministério da Defesa Nacional no montante de 1.000.000 euros, do Projeto MEAP montante de 108.485,39 € e do PRR Aeronext no montante de 33.959,05 euros, verificando-se uma diminuição de 8,6% face a 2023.

#### 34.3 – Pagamentos a fornecedores

Na rubrica dos pagamentos a fornecedores (que incluem o IVA à taxa em vigor) no montante de 1.012.707,56 €, quando comparada com o exercício anterior, observou-se uma diminuição de 32,1% correspondente a 478.668,55 € face ao valor de 1.491.376,11 € observados no ano anterior e que se explica pela diminuição da atividade.

#### 34.4 – Pagamentos ao pessoal

Na rubrica dos pagamentos ao pessoal no montante de 1.527.852,97 € (que também incorpora os pagamentos realizados aos membros dos órgãos sociais – Conselho de Administração e Conselho Fiscal), quando comparada com o exercício anterior, observou-se uma diminuição de 113.497,33 € (i.e. 6,9 %), não contemplando aqui o efeito da entrega das retenções e contribuições do mês de dezembro (apenas efetuado em janeiro de 2025).

#### 34.5 - Outros recebimentos/pagamentos (imposto sobre o rendimento)

Na rubrica de outros pagamentos e recebimentos onde estão incluídos, para além do imposto sobre o rendimento (IRC- neste exercício associado a tributações autónomas, entregas de retenções efetuadas a pessoas coletivas), o pagamento do IMI associado ao Parque Aeronáutico de Alverca relativo ao ano fiscal de 2023 (liquidado em 2024).

O montante líquido global destes pagamentos e recebimentos (no caso vertente os pagamentos foram superiores a recebimentos) ascendeu ao montante de 128.093,29 € observando-se um acréscimo de 11.680,49 € face ao valor de 116.412,80 € do ano anterior.

Rubrica	2024	2023
Pagamento de IMI	118.795,54	118.795,54
Recebimento \ Pagamento de IRC	9.239,54	-2.515,20
Pagamento de IUC	58,21	132,46
<b>Total</b>	<b>128.093,29</b>	<b>116.412,80</b>

## Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

### 34.6 - Juros e Rendimentos Similares

Os juros recebidos respeitam essencialmente a financiamentos concedidos a empresas participadas (20.538,69 €) e de aplicação de CEDICS (2.612,94 €)

### 34.7- Dividendos

Os dividendos recebidos ascenderam a 561.211,65 € , face aos 391.963,43 € do exercício anterior.

### 34.8 - Recebimentos de financiamentos concedidos

Nesta categoria de fluxos estão incluído os pagamentos realizados por conta da Extra, no montante global de 36.006,57 €, motivados pelo facto da sociedade não contar com um Conselho de Administração em funções e com capacidade para realizar pagamentos durante parte do exercício de 2024, tendo a acionista maioritária que assumir a responsabilidade. No decurso do ano de 2024, e uma vez dotada de Conselho de Administração, a Extra procedeu ao reembolso de pagamentos efetuados pela IDD.

Foram também reembolsados financiamentos concedidos a empresas participadas no valor de 1.086.206 €.

### 34.9 - Pagamentos associados a ativos fixos

O valor referente á aquisição de ativos fixos tangíveis foram de 107.455,15 €.

### 34.10- Pagamentos de financiamentos concedidos

No exercício de 2024, foram concedidos financiamentos a empresas participadas no montante total de 6.101.113,07 €.

## Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

### 34.11- Recebimentos de financiamentos obtidos

No exercício de 2024, de forma a garantir o necessário apoio à participada Arsenal do Alfeite, a IDD contraiu junto do seu Acionista um financiamento de 5.000.000 €.

## 35 - Relato por segmentos

A NCP 25 exige a informação por segmentos. De acordo com aquela norma “Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e

tomar decisões acerca da futura alocação de recursos”. Os segmentos podem ser segmentos de serviços, ou segmentos geográficos.

De referir que a NCP 25 refere que:

“(a) Um segmento de serviço refere-se a um componente distinguível de uma entidade que esteja empenhada em disponibilizar produtos ou serviços relacionados ou em atingir objetivos operacionais particulares consistentes com a missão global de cada entidade. Um segmento de serviço também se refere a atividades de entidades com leis orgânicas próprias e que tenham sido agregadas numa única entidade para efeitos de orçamento, contabilidade e relato. Muitas vezes estas entidades assumem a designação de entidade “Gestão Administrativa e Financeira”; e

(b) Um segmento geográfico é um componente distinguível de uma entidade que esteja empenhada em disponibilizar produtos ou serviços relacionados ou em atingir objetivos operacionais particulares dentro de uma área geográfica em particular.”

No caso da IDD Portugal Defence, S.A., não foram definidos segmentos de serviços, por não se considerar que existam segmentos de tal forma distintos que exijam que a informação seja autonomizada. De acordo com o seu objeto social exerce a sua atividade a nível nacional. Por outro lado, para efeitos de grupo não existe qualquer definição sobre segmentos específicos a considerar na prestação de informação.

### 36 – Utilização de frações do Palácio Bensaúde

A rentabilização e preservação do património imobiliário público é uma preocupação de todas as entidades pertencentes ao setor público. A idD Portugal Defence, SA, no âmbito das operações de rentabilização dos imóveis pertencentes à esfera do Ministério da Defesa Nacional, procedeu a obras de requalificação e adaptação nas frações por si ocupadas no edifício Palácio Bensaúde, que serão as instalações de escritório e futura sede social da idD Portugal Defence, S.A.

Esta mudança de instalações, motivada também pelo facto das anteriores não comportarem o efetivo da sociedade localizado em Lisboa, permitiu, não só a requalificação de parte de um imóvel pertencente à esfera da Defesa Nacional, evitando a sua contínua degradação, como do ponto de vista do Estado permitiu uma poupança efetiva, considerando que a despesa com a renda nas anteriores instalações do Restelo deixou de ser paga pela idD Portugal Defence, S.A. a uma entidade terceira, fora da esfera pública.

De facto, embora ao abrigo da legislação em vigor, e da aplicação do princípio da onerosidade de uso, a idD Portugal Defence, S.A. venha a pagar uma renda à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN), deixará de o fazer a terceiros, pertencentes à esfera privada.

Embora não esteja ainda acordado o valor da renda que a idD Portugal Defence S.A. passará a pagar à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional pelas instalações do Palácio Bensaúde, foi comunicado a 26 de janeiro de 2024, de que *“foi homologado pela*

“ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.”, o valor da Renda Mensal de 7.978,00 € (sete mil novecentos e setenta e oito euros).”, este valor foi revisto para 4.459,00 € (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros), o qual será sempre receita do Estado, perspetivando-se que numa primeira fase sejam descontados os montantes despendidos nas obras de requalificação realizadas e atualização da infraestrutura técnica de parte do edifício (cablagens, comunicações, segurança, etc.), cujos valores estão reconhecidos em balanço nas rubricas de ativos tangíveis e/ou em curso (nos anos de 2020 e 2021, com reforço marginal em 2022 e 2023)

Pela mesma razão a idD Portugal Defence, S.A. reconheceu já o valor das rendas até 31 de dezembro de 2024 acrescido da especialização da previsão de encargos com eletricidade e água visto que os contadores do edifício não estão segregados, não estando, no presente, esses serviços diretamente contratualizados com a idD Portugal Defence, S.A.

### 37 – Eventos subsequentes à data do relato

Entre o final do exercício e a presente data, foi nomeado um novo Conselho de Administração, que tomou posse a 14 de janeiro de 2025.

Foi realizada pelo Tribunal de Contas uma auditoria à idD, para o período de 2020 a 2022, tendo sido rececionado o relato para contraditório no dia 14 de julho de 2025.

A empresa não identificou quaisquer eventos, desde a data de referência do fecho de contas até à data de emissão deste Relatório de Gestão e Contas de 2024 em Base Individual, que necessitem de ajuste ou divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

Lisboa, 19 de setembro de 2025

#### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**  
Num. de Identificação: 09778824  
Data: 2025.10.01 19:02:24+01'00'  
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**  
Certificado por: **Nelson Ricardo Silva**  
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**  
Num. de Identificação: 07671466  
Data: 2025.10.02 09:04:54+01'00'

\_\_\_\_\_  
**Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**  
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**  
Num. de Identificação: 09521541  
Data: 2025.10.01 23:21:31+01'00'

\_\_\_\_\_  
**Luís Miguel Silva Ribeiro**  
(Vogal do Conselho de Administração)

## 2.3 – Demonstrações Orçamentais

### 1 – Demonstração do Desempenho Orçamental

#### 1.1 - Demonstração de desempenho Orçamental da Receita

Valores em EUR

DEMONSTRAÇÕES DE RELATO INDIVIDUAL								
1.1 - DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA RECEITA								
RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N - 1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	<b>Saldo de gerência anterior</b>							
	Operações orçamentais [1]	2.283.362,11	0,00	81.874,99	0,00	0,00	2.365.237,10	3.940.153,02
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					129.535,55	129.535,55	62.249,60
	<b>Receita corrente</b>							
<b>R 1</b>	<b>Receita Fiscal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	604.284,03	0,00	0,00	0,00	0,00	604.284,03	394.478,63
<b>R 5</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>28.557,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.028.557,49</b>	<b>1.027.793,43</b>
<b>R 5.1</b>	<b>Transferências correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>28.557,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.028.557,49</b>	<b>1.027.793,43</b>
<b>R 5.1.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	28.557,49	0,00	0,00	28.557,49	27.793,43
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1.205.653,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.205.653,30	3.305.048,71
R7	Outras Receitas Correntes	3.560,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.560,84	307,76
	<b>Receita de Capital</b>							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>R 9</b>	<b>Transferências e subsídios de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>157.981,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>157.981,72</b>	<b>202.653,18</b>
<b>R 9.1</b>	<b>Transferências de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>157.981,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>157.981,72</b>	<b>202.653,18</b>
<b>R 9.1.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>49.496,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>49.496,33</b>	<b>0,00</b>
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	49.496,33	0,00	0,00	49.496,33	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	108.485,39	0,00	0,00	108.485,39	202.653,18
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Outro</b>							
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>1.813.498,17</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>186.539,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.037,38</b>	<b>4.930.281,71</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>9.215.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.218.452,94</b>	<b>0,00</b>
R12	Receita com ativos financeiros	4.215.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.218.452,94	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00
	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>13.312.700,28</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>268.414,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.458.114,48</b>	<b>8.870.434,73</b>
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					2.841.856,30	2.841.856,30	3.047.609,94

#### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 19:03:36+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**  
**Nelson Ricardo da Silva**  
 Certificados

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães**

**Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.02 09:05:40+01'00'

**Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**  
 (Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:22:04+01'00'

**Luís Miguel Silva Ribeiro**  
 (Vogal do Conselho de Administração)

## 1.2 - Demonstração de desempenho Orçamental da Despesa

Valores em EUR

1.2 - DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA DESPESA								
RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
<b>D1</b>	<b>Despesa corrente</b>							
	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>1.241.795,20</b>	<b>267.736,29</b>	<b>137.833,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.647.365,29</b>	<b>1.824.055,85</b>
D1.1	Remunerações certas e permanentes	864.546,74	184.376,16	101.695,48	0,00	0,00	1.150.618,38	1.251.642,66
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	84.830,81	8.532,57	10.052,89	0,00	0,00	103.416,27	144.471,04
D1.3	Segurança social	297.417,65	74.827,56	26.085,43	0,00	0,00	398.330,64	427.942,15
D2	Aquisição de bens e serviços	675.255,27	0,00	42.122,19	0,00	0,00	717.377,46	1.178.939,64
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>D4</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D4.1</b>	<b>Transferências correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D4.1.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	321.467,44	0,00	0,00	0,00	0,00	321.467,44	323.284,40
	<b>Despesa de Capital</b>							
D6	Aquisição de bens de capital	91.929,52	6.457,25	5.000,00	0,00	0,00	103.386,77	39.283,74
<b>D7</b>	<b>Transferência e subsídios de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D7.1</b>	<b>Transferências de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D7.1.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>2.330.447,40</b>	<b>274.193,54</b>	<b>184.955,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.789.596,93</b>	<b>3.365.563,63</b>
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>8.286.206,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.286.206,00</b>	<b>3.139.634,00</b>
D9	Despesa com ativos financeiros	8.286.206,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.286.206,00	3.139.634,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>10.616.653,40</b>	<b>274.193,54</b>	<b>184.955,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.075.802,93</b>	<b>6.505.197,63</b>
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]					2.815.537,28	2.815.537,28	2.980.323,99
	<b>Saldo para gerência seguinte</b>							
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	2.696.046,88	725.806,46	83.458,21	0,00	0,00	3.505.311,55	2.365.237,10
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					155.854,57	155.854,57	129.535,55
	<b>Saldo global [2]-[5]</b>	<b>-516.949,23</b>	<b>725.806,46</b>	<b>1.583,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>210.440,45</b>	<b>1.564.718,08</b>
	Despesa primária	2.330.447,40	274.193,54	184.955,99	0,00	0,00	2.789.596,93	3.365.563,63
	Saldo corrente	-425.019,71	732.263,71	-151.398,50	0,00	0,00	155.845,50	1.401.348,64
	Saldo de capital	-91.929,52	-6.457,25	152.981,72	0,00	0,00	54.594,95	163.369,44
	Saldo primário	-516.949,23	725.806,46	1.583,22	0,00	0,00	210.440,45	1.564.718,08
	<b>Receita total [1]+[2]+[3]</b>	<b>13.312.700,28</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>268.414,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.581.114,48</b>	<b>8.870.434,73</b>
	<b>Despesa total [5]+[6]</b>	<b>10.616.653,40</b>	<b>274.193,54</b>	<b>184.955,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.075.802,93</b>	<b>6.505.197,63</b>

### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**  
 Num. de Identificação: 09778824  
 Data: 2025.10.01 19:04:15+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificado por: **Nelson Ricardo Silva**  
 Atributos certificados: Membro da OCC nº 65948

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**  
 Num. de Identificação: 07671466  
 Data: 2025.10.02 09:06:54+01'00'

**Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**  
 (Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**  
 Num. de Identificação: 09521541  
 Data: 2025.10.01 23:22:37+01'00'

**Luís Miguel Silva Ribeiro**  
 (Vogal do Conselho de Administração)

## 2 – Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Valores em EUR

2 - Demonstração de execução orçamental da receita														
Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrir de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrir no final do período	Grau exec. orç.	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
<b>Recargas Correntes</b>														
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R4	Rendimentos de propriedade	860.539,02	19.920,75	611.830,52	0,00	604.284,03	0,00	0,00	19.920,75	584.363,28	604.284,03	27.467,24	2,31%	67,91%
R5	<b>Transferências e subsídios correntes</b>													
R5.1	<b>Transferências correntes</b>													
R5.1.1	<b>Administrações Públicas</b>													
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0%	100,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00%
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00%
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00%
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00%
R5.1.2	Exterior - UE	28.557,49	0,00	28.557,49	0,00	28.557,49	0,00	0,00	0,00	28.557,49	28.557,49	0,00	0%	100,00%
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00%
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	3.764.655,00	234.566,36	1.046.760,88	0,00	1.205.653,30	0,00	0,00	233.749,64	971.903,66	1.205.653,30	75.673,94	6,21%	25,82%
R7	Outras Receitas Correntes	3.560,84	0,00	3.560,84	0,00	3.560,84	0,00	0,00	0,00	3.560,84	3.560,84	0,00	0%	100,00%
<b>Total das Receitas Correntes</b>		<b>5.657.312,35</b>	<b>254.487,11</b>	<b>2.690.709,73</b>	<b>0,00</b>	<b>2.842.056,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.3670,39</b>	<b>2.588.385,27</b>	<b>2.842.055,66</b>	<b>103.141,18</b>	<b>4,48%</b>	<b>45,75%</b>
<b>Recargas de Capital</b>														
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R9	<b>Transferências e subsídios de capital</b>													
R9.1	<b>Transferências de capital</b>													
R9.1.1	<b>Administrações Públicas</b>													
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	142.788,28	0,00	49.496,33	0,00	49.496,33	0,00	0,00	0,00	49.496,33	49.496,33	0,00	0%	34,66%
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R9.1.2	Exterior - UE	501.874,99	0,00	108.485,39	0,00	108.485,39	0,00	0,00	0,00	108.485,39	108.485,39	0,00	0%	21,62%
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
<b>Total das Receitas de Capital</b>		<b>644.663,27</b>	<b>0,00</b>	<b>157.981,72</b>	<b>0,00</b>	<b>157.981,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>157.981,72</b>	<b>157.981,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>24,51%</b>
<b>Recargas não efetivas</b>														
R12	Receita com ativos financeiros	4.525.840,00	0,00	4.215.840,00	0,00	4.215.840,00	0,00	0,00	0,00	4.215.840,00	4.215.840,00	0,00	0%	93,15%
R13	Receita com Passivos financeiros	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0%	100,00%
<b>Total das Receitas não efetivas</b>		<b>9.525.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.215.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.215.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.215.840,00</b>	<b>9.215.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>96,75%</b>
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R14	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	2.365.237,10	0,00	2.365.237,10	0,00	2.365.237,10	0,00	0,00	0,00	2.365.237,10	2.365.237,10	0,00	0%	100,00%
<b>Total Geral (Recargas Correntes)</b>		<b>5.657.312,35</b>	<b>254.487,11</b>	<b>2.690.709,73</b>	<b>0,00</b>	<b>2.842.056,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.3670,39</b>	<b>2.588.385,27</b>	<b>2.842.055,66</b>	<b>103.141,18</b>	<b>4,48%</b>	<b>45,75%</b>
<b>Total Geral (Rec. de Capital)</b>		<b>644.663,27</b>	<b>0,00</b>	<b>157.981,72</b>	<b>0,00</b>	<b>157.981,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>157.981,72</b>	<b>157.981,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>24,51%</b>
<b>Total Geral (Recargas Não Efetivas)</b>		<b>9.525.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.215.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.215.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.3670,39</b>	<b>9.215.840,00</b>	<b>9.215.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>96,75%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>18.193.052,72</b>	<b>254.487,11</b>	<b>14.429.788,55</b>	<b>0,00</b>	<b>14.581.114,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.3670,39</b>	<b>14.327.444,08</b>	<b>14.581.114,48</b>	<b>103.141,18</b>	<b>1,49%</b>	<b>78,75%</b>

### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**  
 Num. de Identificação: 09778824  
 Data: 2025.10.01 19:04:54+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**  
**Certificados Nelson Ricardo Silva**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**  
 Num. de Identificação: 07671466  
 Data: 2025.10.02 09:07:47+01'00'

**Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**  
 (Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**  
 Num. de Identificação: 09521541  
 Data: 2025.10.01 23:23:14+01'00'

**Luís Miguel Silva Ribeiro**  
 (Vogal do Conselho de Administração)

### 3 – Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Valores em EUR

3. - Demonstração de execução orçamental da despesa													
Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
<b>Despesas Correntes</b>													
D1	Despesas com o pessoal	56.737,86	3.601.799,40	0,00	1.734.230,72	1.704.321,76	49.799,00	1.597.566,28	1.647.365,29	29.908,96	56.956,47	1,38%	44,35%
D1.1	Remunerações certas e permanentes	34.475,82	2.446.973,01	0,00	1.203.679,91	1.181.947,80	27.730,36	1.122.888,02	1.150.618,38	21.732,10	31.329,43	1,13%	45,89%
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	2.044,21	352.363,23	0,00	110.789,73	110.131,86	1.850,62	101.565,43	103.416,27	657,80	6.715,59	0,53%	28,82%
D1.3	Segurança social	20.217,83	802.463,16	0,00	419.761,08	412.242,09	20.217,83	373.112,80	393.330,64	7.518,99	18.911,45	2,52%	46,50%
D2	Aquisição de bens e serviços	89.299,51	2.322.370,67	731.344,00	853.064,50	762.260,48	86.235,30	631.142,15	717.377,46	90.804,03	44.883,02	3,71%	27,18%
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1	Administração e P. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	476.494,32	124.620,00	321.467,41	321.467,41	0,00	321.467,41	321.467,41	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>146.037,37</b>	<b>6.400.664,39</b>	<b>855.964,00</b>	<b>2.908.762,64</b>	<b>2.788.049,65</b>	<b>136.034,32</b>	<b>2.550.175,84</b>	<b>2.686.210,16</b>	<b>120.712,99</b>	<b>101.839,49</b>	<b>2,13%</b>	<b>39,84%</b>
<b>Despesas de Capital</b>													
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	1.609.790,00	0,00	105.620,87	104.205,77	0,00	103.386,77	103.386,77	1.415,10	819,00	0,00%	6,42%
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1	Administração e P. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total das Despesas de Capital</b>		<b>0,00</b>	<b>1.609.790,00</b>	<b>0,00</b>	<b>105.620,87</b>	<b>104.205,77</b>	<b>0,00</b>	<b>103.386,77</b>	<b>103.386,77</b>	<b>1.415,10</b>	<b>819,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>6,42%</b>
<b>Despesas não efetivas</b>													
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	8.796.206,00	0,00	8.286.206,00	8.286.206,00	0,00	8.286.206,00	8.286.206,00	0,00	0,00	0,00%	94,20%
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total das Despesas não efetivas</b>		<b>0,00</b>	<b>8.796.206,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.286.206,00</b>	<b>8.286.206,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.286.206,00</b>	<b>8.286.206,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>94,20%</b>
<b>Total Geral (Despesas Correntes)</b>		<b>146.037,37</b>	<b>6.400.664,39</b>	<b>855.964,00</b>	<b>2.908.762,64</b>	<b>2.788.049,65</b>	<b>136.034,32</b>	<b>2.550.175,84</b>	<b>2.686.210,16</b>	<b>120.712,99</b>	<b>101.839,49</b>	<b>2,13%</b>	<b>39,84%</b>
<b>Total Geral (Despesas Capital)</b>		<b>0,00</b>	<b>1.609.790,00</b>	<b>0,00</b>	<b>105.620,87</b>	<b>104.205,77</b>	<b>0,00</b>	<b>103.386,77</b>	<b>103.386,77</b>	<b>1.415,10</b>	<b>819,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>6,42%</b>
<b>Total Geral (Despesas não efetivas)</b>		<b>0,00</b>	<b>8.796.206,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.286.206,00</b>	<b>8.286.206,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.286.206,00</b>	<b>8.286.206,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>94,20%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>146.037,37</b>	<b>16.806.660,39</b>	<b>855.964,00</b>	<b>11.300.589,51</b>	<b>11.178.461,42</b>	<b>136.034,32</b>	<b>10.939.768,61</b>	<b>11.075.802,93</b>	<b>122.128,09</b>	<b>102.658,49</b>	<b>0,81%</b>	<b>65,09%</b>

#### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 19:05:31+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados **Nelson Ricardo Silva**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.02 09:08:32+01'00'

**Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**  
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:24:03+01'00'

**Luís Miguel Silva Ribeiro**  
(Vogal do Conselho de Administração)

## 4 – Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos

Não aplicável

### 2.4- Anexo às Demonstrações Orçamentais

#### 2.4.1 – Alterações Orçamentais da Receita

1 – Alterações orçamentais da receita							Valores em EUR
Rubrica	Descrição	Receita				Previsões Corrigidas	Observações
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais				
			Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais		
<b>Receitas Correntes</b>							
R1	<b>Receita Fiscal</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4	Rendimentos de propriedade	790.000,00	70.539,02	0,00	0,00	860.539,02	
R5	<b>Transferências e subsídios correntes</b>						
R5.1	<b>Transferências correntes</b>						
R5.1.1	<b>Administrações Públicas</b>	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2	Exterior - UE	127.251,00	0,00	127.251,00	28.557,48	28.557,48	
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	3.764.655,00	0,00	0,00	0,00	3.764.655,00	
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	3.560,84	0,00	0,00	3.560,84	
<b>Total das Receitas Correntes</b>		<b>5.681.906,00</b>	<b>74.099,86</b>	<b>127.251,00</b>	<b>28.557,48</b>	<b>5.657.312,36</b>	
<b>Receitas de Capital</b>							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9	<b>Transferências e subsídios de capital</b>						
R9.1	<b>Transferências de capital</b>						
R9.1.1	<b>Administrações Públicas</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	142.788,28	0,00	0,00	142.788,28	
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2	Exterior - UE	420.000,00	0,00	0,00	81.874,99	501.874,99	
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total das Receitas de Capital</b>		<b>420.000,00</b>	<b>142.788,28</b>	<b>0,00</b>	<b>81.874,99</b>	<b>644.663,27</b>	
<b>Receitas não efetiva</b>							
R12	Receita com ativos financeiros	460.000,00	4.065.840,00	0,00	0,00	4.525.840,00	
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	
<b>Total das Receitas não efetiva</b>		<b>460.000,00</b>	<b>4.065.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>9.525.840,00</b>	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	2.365.237,10	0,00	0,00	2.365.237,10	
<b>Total Geral (Receitas Correntes)</b>		<b>5.681.906,00</b>	<b>74.099,86</b>	<b>127.251,00</b>	<b>28.557,48</b>	<b>5.657.312,36</b>	
<b>Total Geral (Receitas Capital)</b>		<b>420.000,00</b>	<b>142.788,28</b>	<b>0,00</b>	<b>81.874,99</b>	<b>644.663,27</b>	
<b>Total Geral (Receitas Não Efetivas)</b>		<b>460.000,00</b>	<b>4.065.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>9.525.840,00</b>	
<b>Total Geral</b>		<b>6.561.906,00</b>	<b>6.647.965,24</b>	<b>127.251,00</b>	<b>5.110.432,48</b>	<b>18.193.052,72</b>	

Relativamente, às alterações orçamentais em receitas de capital e durante o exercício de 2024, salienta-se a alteração orçamental de crédito especial, o montante de 81.874,99 euros que corresponde à inscrição de saldo transitado do projeto MEAP (Mecanismo de apoio à Paz em Moçambique). Ainda nas receitas de capital, as inscrições resultam de correção da rubrica económica e do reforço da rubrica respeitante ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com os projetos Aeronext e NewSpace.

As alterações orçamentais em receitas correntes no montante de 74.099,86 euros correspondem à inscrição dos juros liquidados pelas participadas e pelo IGCP com a constituição de CEDIC no exercício de 2023 e a restituição de imposto no valor de 66.718,08 euros, às diminuições com a correção da rubrica económica no montante de 127.251 euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, com o registo em crédito especial do montante de 28.557,49 euros de parte do saldo transitado do Plano de Recuperação e Resiliência.

No que diz respeito à receita não efetiva, refira-se a inscrição do montante de 4.065.840 euros, que diz respeito ao recebimento dos apoios concedidos às participadas (936.206 euros) e ao vencimento dos CEDIC constituídos no exercício de 2023. Há ainda o registo do montante de 5.000.000 euros, correspondente ao empréstimo concedido pela DGTF para o apoio à tesouraria da Arsenal do Alfeite, S.A.

Quanto ao saldo de gerência anterior, há a registar a inscrição do saldo no montante de 2.283.362,11 euros.

Por último, importa referir que o grau de execução orçamental da receita em 2024 foi de 78,75 p.p.

## 2.4.2 – Alterações Orçamentais da Despesa

Valores em EUR

2 — Alterações orçamentais da despesa						
Rubrica	Descrição	Despesa				Observações
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	Dotações Corrigidas
<b>Despesas Correntes</b>						
<b>D1</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>	2.468.061,00	1.238.659,22	131.329,22	25.868,40	3.601.259,40
D1.1	Remunerações certas e permanentes	1.669.037,00	862.441,17	106.142,03	21.636,87	2.446.973,01
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	235.472,00	129.936,47	17.276,77	4.231,53	352.363,23
D1.3	Segurança social	564.092,00	246.281,58	7.910,42	0,00	802.463,16
D2	Aquisição de bens e serviços	1.630.136,00	837.516,86	148.282,19	3.000,00	2.322.370,67
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>D4</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>D4.1</b>	<b>Transferências correntes</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>D4.1.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	290.891,00	185.603,32	0,00	0,00	476.494,32
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>4.389.628,00</b>	<b>2.261.779,40</b>	<b>279.611,41</b>	<b>28.868,40</b>	<b>6.400.664,39</b>
<b>Despesas de Capital</b>						
D6	Aquisição de bens de capital	1.482.407,00	158.555,73	31.172,73	0,00	1.609.790,00
<b>D7</b>	<b>Transferência e subsídios de capital</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>D7.1</b>	<b>Transferências de capital</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>D7.1.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas de Capital</b>		<b>1.482.407,00</b>	<b>158.555,73</b>	<b>31.172,73</b>	<b>0,00</b>	<b>1.609.790,00</b>
<b>Despesas não efetivas</b>						
D9	Despesa com ativos financeiros	660.000,00	3.136.206,00	0,00	5.000.000,00	8.796.206,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas não efetivas</b>		<b>660.000,00</b>	<b>3.136.206,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>8.796.206,00</b>
<b>Total Geral (Despesas Correntes)</b>		<b>4.389.628,00</b>	<b>2.261.779,40</b>	<b>279.611,41</b>	<b>28.868,40</b>	<b>6.400.664,39</b>
<b>Total Geral (Despesas Capital)</b>		<b>1.482.407,00</b>	<b>158.555,73</b>	<b>31.172,73</b>	<b>0,00</b>	<b>1.609.790,00</b>
<b>Total Geral (Despesas não efetivas)</b>		<b>660.000,00</b>	<b>3.136.206,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>8.796.206,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>6.532.035,00</b>	<b>5.556.541,13</b>	<b>310.784,14</b>	<b>5.028.868,40</b>	<b>16.806.660,39</b>

Relativamente às alterações orçamentais na despesa, foi efetuada a inscrição autorizada para a aplicação em despesa corrente e de capital, de parte do montante de saldos transitados, no global de 2 000 000 euros, uma vez que nos primeiros meses do ano a entidade não obteve liquidação de receita.

Relativamente, às alterações orçamentais em despesas de capital e durante o exercício de 2024, salientam-se a alteração orçamental de inscrição e anulação, no montante de 158 555,73 euros e 31 172,73 euros, respetivamente, que resultam da inscrição de despesa autorizada de parte dos saldos transitados de anos anteriores e da gestão flexível entre rubricas económicas.

As alterações orçamentais em despesas correntes resultam, do anteriormente referido, a inscrição autorizada do saldo transitado de anos anteriores, da anulação e inscrição ao abrigo da gestão flexível no montante de 279 611,41 euros, e do crédito especial de inscrição de despesa de parte do saldo transitado da verba do Plano de Recuperação e Resiliência.

No que diz respeito à despesa não efetiva, referira-se a inscrição do montante de 3 136 206 euros, diz respeito aos apoios concedidos às participadas (936 206 euros) e à constituição de CEDIC nos termos n.º 2 do artigo 90.º do Decreto-Lei nº 17/2024, de 29 de janeiro, no exercício de 2024.

Há ainda o registo do montante de 5 000 000 euros, correspondente ao empréstimo concedido pela DGTF para o apoio à tesouraria da Arsenal do Alfeite, S.A.

As alterações orçamentais efetuadas durante o período foram realizadas, na sua grande maioria, através da gestão flexível, prevista no ponto 30 da Circular nº. 1409, Série A – da Direção – Geral do Orçamento (DGO) que traduz as instruções aplicáveis à execução orçamental de 2024.

Por último, importa referir que o grau de execução orçamental da despesa em 2024 foi de 65,09 p.p.

### 3 - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Não aplicável

### 4 - Operações de Tesouraria

Código Conta	Euros			
	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.1. / 07.2.2.1.1 - Autarquias Locais	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.2. / 07.2.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.3. / 07.2.2.1.3 - Região Autónoma Açores	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.9. / 07.2.2.1.9 - Outras entidades beneficiárias	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço / devolução de cauções e garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.4. / 07.2.4 - Cobrança / Entrega de recursos próprios europeus	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.5. / 07.2.5 - Receção / receitas de receitas próprias - duplo cabimento	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.6. / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.4. / 07.2.4 - Outras receitas/despesas de operações de tesouraria	129.535,55	2.841.856,30	2.815.537,28	155.854,57
07.2.8 - Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	0,00	0,00	0,00	0,00



## 6 – Transferências e subsídios

### 6.1 - Transferências e subsídios concedidos

Não foram efetuadas quaisquer transferências nem foram concedidos subsídios.

### 6.2 - Transferências e subsídios recebidos

Valores em EUR

Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6)=(4)-(5)	Devolução de Transferências/subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações
Transferências Correntes Protocolo MDN	Despacho - Lei Orgânica	Promoção da BTID	MDN	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	
<b>Total de Transferências Correntes</b>				1.000.000,00	1.000.000,00			

Foram recebidas transferências no montante global de 1.000.000,00 euros, correspondente ao valor anual do Protocolo celebrado com a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional para promoção da BTID.

#### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 19:06:18+01'00'

Classificação: Ordem dos Contabilistas  
Certificados

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.02 09:09:29+01'00'

**Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**  
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:24:41+01'00'

**Luís Miguel Silva Ribeiro**  
(Vogal do Conselho de Administração)

Aguarda aprovação do Acionista

Aguarda aprovação do Acionista



**PORTUGAL**  
MAKING THE DIFFERENCE

Aguarda aprovação do Acionista